UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

AVALIAÇÃO POR PARECER DESCRITIVO NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: ESTUDO DE CASO

Kátia Denise Costa Berní

PELOTAS

2010

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

KÁTIA DENISE COSTA BERNÍ

AVALIAÇÃO POR PARECER DESCRITIVO NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: ESTUDO DE CASO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Federal de Pelotas, para obtenção do título de Mestre em Ciências (área do conhecimento: Educação Física).

Orientador: Prof. Dr. Flávio Medeiros Pereira

Pelotas, 2010

Dados de catalogação Internacional na fonte:

(Bibliotecária Patrícia de Borba Pereira CRB 10/1487)

B528a Berni, Katia Denise Costa

Avaliação por parecer descritivo na educação física escolar : estudo de caso / Kátia Denise Costa Berni ; orientador Flavio Medeiros Pereira. –

Pelotas : UFPel : ESEF, 2010.

85 p.

Dissertação (Mestrado) Programa de Pos Graduação em Educação Física. Escola Superior de Educação Física. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2010.

1. Ensino Fundamental 2Educação Física 3.Avaliação I. Título II. Pereira, Flavio Medeiros

CDD 796

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Flávio Medeiros Pereira (orientador)

Prof. Dr. Hugo Norberto Krüg

Profª Drª Mariângela da Rosa Afonso

Prof. Dr. José Francisco Gomes Schild

DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado a todas as pessoas que de maneira direta ou indireta, cooperaram com o seu apoio, demonstrados sob diversas formas. Ao meu orientador pela confiança e em especial à minha família Luis Cláudio, Gabriela e Franciele por todo o amor a mim concedido.

RESUMO

BERNI. Kátia Denise Costa. **Avaliação por parecer descritivo na Educação Física Escolar: Estudo de caso. 2010 85f.** Dissertação – Curso de Mestrado em Educação Física. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas/RS.

Na educação escolar, dentre os fundamentos pedagógicos, encontram-se os processos avaliativos. O presente estudo focou a Educação Física (EF) de 5ª à 8ª série, numa escola da rede municipal de Pelotas, que desenvolve na sua prática cotidiana uma avaliação de caráter qualitativo expressa por pareceres descritivos. Estes pareceres também são distintos das formas avaliativas nas demais escolas da mesma rede de ensino, nas quais as avaliações são expressas quantitativamente, com a emissão de notas. Objetivou-se estudar os pareceres descritivos realizando um estudo de caso, de caráter descritivo, usando análises documentais, observações e registros, entrevistas e questionários, que envolveram dois professores de Educação Física (EF), duas coordenadoras pedagógicas e 22% dos alunos de 5ª à 8ª séries e seus respectivos responsáveis. A partir destes apontamentos, a pesquisa buscou uma análise da trajetória, do cotidiano, do embasamento teórico dos professores de EF e a aceitação pela comunidade à avaliação por parecer descritivo de 5ª a 8ª série do ensino fundamental na EF escolar. Concluiu-se que a escola tem uma prática pedagógica questionadora, visando formar alunos críticos, e os avalia por parecer. Sobre a trajetória de construção, ela existe e está documentada, com poucas posições divergentes; a maioria dos professores compreende, apóia e avalia de forma conscientizadora. A construção dos pareceres descritivos tem forte apoio nas atividades denominadas "Repensando a nossa escola", porém os professores de EF apresentaram nas práticas pedagógicas avaliações que se afastavam das metas e procedimentos costumais, evidenciados: por não haver entrosamento entre EF e demais disciplinas, por não realizarem dossiês dos alunos, bem como não implementar na sua totalidade seus planos de estudos, por nem poderem comparecer a conselhos de classe. Além disso, não utilizam embasamentos teóricos sobre avaliação, e, finalizando, os responsáveis pelos alunos simpatizam com a avaliação realizada pela escola.

Palavras-chave: Avaliação, Parecer Descritivo, Ensino fundamental, Educação Física.

RESUMEN

BERNI. Kátia Denise Costa. **Evaluación mediante parecer descriptivo en la Educación Física Escolar: Estudio de caso. 2010 85f.** Tesis –Máster en Educación Física. Universidad Federal de Pelotas, Pelotas/RS.

Uno de los fundamentos pedagógicos de la educación escolar son los procesos de evaluación. El presente estudio se centra en la Educación Física (EF) impartida del 5º al 8º año, en una escuela municipal de Pelotas, que lleva a cabo en su práctica cotidiana una evaluación de carácter cualitativo expresada mediante pareceres descriptivos. Estos pareceres también son diferentes de las formas de evaluación en las demás escuelas de la misma red de enseñanza, en las cuales las evaluaciones son expresadas cuantitativamente, mediante la emisión de notas. El propósito del estudio es investigar los pareceres descriptivos a través de la realización de un estudio de caso, de carácter descriptivo, a partir del análisis de documentos, observaciones y registros, entrevistas y cuestionarios, que implicaron a dos profesores de Educación Física (EF), dos coordinadoras pedagógicas y el 22% de los estudiantes de 5ª a 8ª año y sus respectivos responsables. Teniéndose en cuenta estas cuestiones, el objeto de la investigación ha sido el estudio de la trayectoria, del cotidiano, de la base teórica del profesorado de EF y la aceptación por parte de la comunidad de la evaluación mediante parecer descriptivo del 5º al 8º año de la enseñanza fundamental en la EF escolar. Las conclusiones obtenidas son que la escuela posee una prática pedagógica cuestionadora, que busca formar estudiantes críticos, y los evalúa mediante pareceres. En lo que se refiere a la trayectoria de construcción, ella existe y está documentada con pocos posicionamientos divergentes; la mayoría de los profesores comprende, apoya y evalúa de forma conscientizadora. La construcción de los pareceres descriptivos está fuertemente fundamentada en las actividades denominadas “Repensando nuestra escuela”, sin embargo los profesores de EF presentaron en sus práticas pedagógicas evaluaciones que se alejaban de las metas y procedimientos habituales, comprobados: por no haber integración entre EF y las demás asignaturas, por no hacerse los expedientes de los alumnos, así como por no implementar en su totalidad los planes de estudios y ni siquiera poder participar en las reuniones del profesorado. Además, los conocimientos teóricos sobre

evaluación no son aplicados, y, para finalizar, los responsables de los estudiantes se muestran favorables a la evaluación realizada por la escuela.

Palabras-clave: Evaluación, Parecer Descriptivo, Enseñanza Fundamental, Educación Física.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 10
1.1 OS CAMINHOS QUE ME CONDUZIRAM ATÉ AQUI 10
1.2 OBJETIVOS 16
1.2.1 OBJETIVO GERAL 16
1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS 16
1.3 DEFINIÇÃO DE TERMOS 17
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA 18
2.1 AVALIAÇÃO SEGUNDO LEIS DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA. ... 18
2.2 APONTAMENTOS SOBRE AVALIAÇÃO 19
2.3 A EDUCAÇÃO FÍSICA E O CURRÍCULO 28
3. PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS 32
3.1 CARACTERÍSTICAS E INSTRUMENTOS DE PESQUISA 32
3.2 CARACTERÍSTICAS DA ESCOLA 36
3.3 OS PARTICIPANTES DO ESTUDO 42
4. DEBATENDO AS ENTREVISTAS E AS OBSERVAÇÕES 45
4.1 AVALIAÇÃO POR PARECER DESCRITIVO: PPP E REGIMENTO 45
4.2 A TRAJETÓRIA DE CONSTRUÇÃO DA AVALIAÇÃO POR PARECER DESCRITIVO 51
4.3 A ESCOLA, A AVALIAÇÃO E A COMUNIDADE ESCOLAR 53
4.4 A AVALIAÇÃO NA VISÃO DOS ALUNOS 56
4.5 NO COTIDIANO DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO POR PARECER DESCRITIVO EM EF 57
4.6 O EMBASAMENTO TEÓRICO DOS PROCESSOS AVALIATIVOS EM EDUCAÇÃO FÍSICA . 61
5.1 A CONSTRUÇÃO COLETIVA DO PARECER DESCRITIVO 64
5.2 O QUE DIZEM OS PARECERES SOBRE EF 65
6. CONCLUSÕES 68
7. REFERÊNCIAS 71
8. ANEXOS 76

1. INTRODUÇÃO

1.1 OS CAMINHOS QUE ME CONDUZIRAM ATÉ AQUI

Este estudo focou-se em uma pesquisa motivada pelo interesse de conhecer criticamente os processos avaliativos na sua operacionalização cotidiana em uma escola da rede municipal de Pelotas.

Para a compreensão de aspectos importantes que me levaram a definir tal problemática de estudo, fez-se um histórico de minha trajetória e dos caminhos que me conduziram à profissão de professora de Educação Física (EF) e, conseqüentemente, Supervisora Pedagógica da Área de EF Escolar.

Descrevo, cronologicamente, a formação de um currículo formal e as subjetividades da informalidade. Por toda a minha trajetória, fui aluna de escola pública, talvez por este motivo acredite na educação como dever do Estado. Ao longo da vida, migrei da rede de ensino municipal para a rede estadual do ensino fundamental, porém sempre em Pelotas. Tudo dependia do local em que minha família iria se instalar, e foram diversas mudanças. Provenho de uma família, na qual conviviam sob o mesmo teto pais e filhos. Não faltaram afeto e alimento, ainda que, por vezes, houvesse dificuldades financeiras. Meus pais eram pessoas com pouca formação intelectual, com apenas a 4ª e a 1ª série da Educação Básica. Apesar disso, os problemas financeiros nunca foram obstáculos que me desanimassem da busca de concretizar meus sonhos.

Ainda quando estudante, lembro-me que nas paradas de ônibus, diariamente observava passar dezenas, lotações de estudantes rumo ao campus da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Então, enxergava-me dentro de um daqueles ônibus, em direção ao campus. Sonhava em ser uma aluna universitária enquanto aguardava impacientemente ter idade para prestar vestibular. Entretanto, os caminhos da vida me conduziram à outra direção.

Ao concluir o ensino fundamental, as decepções começaram: precisava trocar de escola, já que a terminalidade ia até 8ª série. Um grande dilema estava formado

para uma adolescente, onde estudar? O que fazer? Foi então que decidi pelo magistério. Feliz com a decisão, não sabia o que teria que enfrentar. Minha família não aceitou. Na escola pública em que poderia cursar não consegui vaga, e minha dificuldade foi crescendo. Foi quando, somente em julho do ano seguinte, por intermédio de concurso, ingressei na Escola Técnica Federal de Pelotas (ETFPel), nível médio profissionalizante, satisfazendo assim o desejo de meus pais.

Foi na idade adulta, formada como Técnica em Mecânica pela então ETFPel, casada e mãe de duas meninas, que resolvi buscar o meu sonho: o de ser professora. Então prestei vestibular e ingressei no ano de 1996 na Escola Superior de Educação Física (ESEF/UFPel). Minha produção intelectual iniciou formalmente no ingresso como estudante nessa instituição. Sofri um impacto com a realidade do meio acadêmico. Muito se discutia sobre a EF. Havia muitas aulas teóricas e práticas e outras atividades acadêmicas. E eu, assoberbada de informações, necessitava entender mais o mundo acadêmico e minha profissão. Preocupava-me principalmente o futuro, pois tendo cursado Licenciatura Plena tinha possibilidades de atuar em diversos campos de trabalho como escolas, clubes, academias, escolinhas esportivas, entre outros.

Enquanto passava por indecisões, com a profissão não era diferente: linhas do esporte e da escola travavam um debate acirrado sobre qual seria o melhor ou o mais importante. Sendo a favor da prática pelo prazer e pela diversão, estudava com o objetivo de unir as duas linhas. Fui construindo-me em busca de lutar pela EF dentro da escola e para todos. EF que atendesse às necessidades do aluno, que não priorizasse somente o desenvolvimento da condição física, mas também o prazer e a alegria. Enfim, EF nas suas mais amplas dimensões. Foi nessa etapa que comecei a me interessar pela pesquisa, estudando os conteúdos das aulas de Educação Física (BERNÍ & PEREIRA, 1999). Em 2005, concluí o Curso de Especialização em Educação Física Escolar, elaborando um trabalho monográfico que tinha como tema a dança folclórica gaúcha como conteúdo de ensino (BERNÍ, 2005). Posteriormente, ainda na linha de estudo sobre os conteúdos e os temas transversais, pesquisei o folclore nas escolas da cidade de Pelotas (BERNÍ, 2007). Uma constante em minha vida foi realizar todos os meus estudos universitários em meio a muitos estágios e empregos, mas sempre direcionados para a EF Escolar.

Como profissional, ainda que tivesse vivências de trabalho efetivo em academias de ginástica, com musculação e como *personal trainer*, sempre busquei centrar-me profissionalmente na escola. Trabalhando como professora de EF das Séries Iniciais, atuei na Escola Luterana da Redenção, desde 1999, e, em 2001, passei a ministrar aula na Escola Municipal Irmã Firmina, na cidade de Canguçu – em ambas através de contrato administrativo. No ano de 2002, passei a atuar nas Escolas Municipais Saldanha da Gama e Ferreira Vianna, ambas no município de Pelotas. No mesmo ano fui nomeada, através de concurso público, para a Secretaria Municipal de Cidadania (SMC) da Prefeitura Municipal de Pelotas. Lá, por dois anos, desenvolvi um trabalho com os menores abrigados, desafio de ensinar EF fora do ambiente escolar.

No ano de 2005, fui convidada pela administração municipal a integrar a equipe da Secretaria Municipal de Turismo, Esportes e Lazer (STE) de Pelotas. Trabalhei na STE desempenhando a função de Técnica em EF, assim desenvolvendo políticas públicas esportivas para o município, como qualificação de espaços esportivos, projetos de atendimentos à comunidade no que tange a atividade física e campeonatos esportivos.

No ano de 2006, troquei de secretaria e passei a fazer parte da equipe pedagógica da Secretaria Municipal da Educação (SME), atuando como supervisora de ensino. Primeiramente na área de EF, de junho de 2006 a maio de 2009, e atualmente como responsável pela informática e estatística das escolas municipais. Minhas vivências nessas duas últimas foram determinantes na caminhada de constituição de muitas questões desta pesquisa.

Sendo mais uma etapa de minha trajetória profissional e de vida, e foi por meio dessa etapa que tomei conhecimento da avaliação em todas as disciplinas, e também na EF, dos alunos de 5ª à 8ª série por parecer descritivo, por ser uma avaliação diferente e realizada nesta etapa da educação básica somente por essa escola da rede municipal de Pelotas.

Legalmente, fica de responsabilidade da escola a busca por uma educação de qualidade. Educação essa que, além de produzir de conhecimentos, deve se

voltar para a formação integral do aluno, sendo o professor o responsável pelo processo de ensino e, por conseguinte, de avaliação.

Foi interessante observar que “a avaliação, por sua vez, não é fenômeno exclusivo do meio educacional, mas condições mesmas da realização da vida humana”, de acordo Parô (2001, p.33). Avaliações ocorrem em diversos ambientes e o aluno deve ser preparado para os diferentes processos avaliativos que irá enfrentar dentro e fora do ambiente escolar ao longo de sua vida. No Brasil, as formas de avaliação são descritas na Lei de Diretrizes e Base Nacional-LDBN (Brasil, 1996) e, nela, é enfatizada a avaliação qualitativa. Nessa lei, em dois momentos distintos o processo avaliativo foi especificado: uma primeira citação é observada na Lei 5.692 (Brasil, 1971) e uma segunda, no ano de 1996. Em ambos os textos se destaca uma preferência pela avaliação qualitativa sobre a quantitativa.

Conforme Perrenoud (1999), a avaliação formativa também se caracteriza por ser certificativa e, ainda, “avaliação formativa é um componente quase obrigatório de toda avaliação continuada[1]” Perrenoud (1999, p.79). Esse é um tema atual importantíssimo, na realidade cotidiana é executada a avaliação qualitativa, na qual ninguém fica neutro. Essa forma de avaliação é apaixonante igualmente devido à subjetividade que dela faze parte.

Estando amparado pela lei, então qual seria a dificuldade do professor de tomar como base a LDB (BRASIL, 1996) e se utilizar de uma avaliação formativa? O problema estaria nesse modelo de avaliação? Exigiria mais dedicação do professor?

Para qualquer pessoa o desafio de avaliar começa na compreensão semântica da palavra avaliação, bem como suas concepções: “avaliação é determinar o valor ou a valia de” conforme Luft (2000, p.95). Avaliação também é uma grande provocação para o professor, cujos resultados devem ser utilizados para diagnosticar a situação dos escolares. Ela deve ter um caráter democrático e participativo, no sentido de que o professor e o aluno devem chegar juntos a um entendimento da situação de aprendizagem que, por sua vez, está articulada com o processo de ensino na sua totalidade.

---

1) Avaliação continuada- entende-se que seja uma avaliação construída diariamente através de observação das competências adquiridas pelos alunos, ela é processual e não casual.

Considerando vários aspectos pedagógicos e avaliativos, como cognitivos, afetivos, psico-motores, atitudinais, conceituais e procedimentais, entende-se que os processos avaliativos têm que estar a serviço das aprendizagens e que devam favorecer a formação do aluno. Ao mesmo tempo, eles fornecem informações significativas, que ajudarão o professor a aperfeiçoar sua prática, em direção à melhoria da qualidade do ensino. Avaliar é também analisar o aprendizado do aluno "...avaliação do processo-ensino-aprendizagem é muito mais do que simplesmente aplicar testes..." (COLETIVO DE AUTORES 1992, p.98).

Percebeu-se o processo avaliativo como algo que verifica dentro de certos elementos o aprendizado dos alunos, os conhecimentos e as competências adquiridas no âmbito escolar. Para Perrenoud (2000, p.49) "...nada substitui a observação dos alunos no trabalho, quando se quer conhecer suas competências...". Ainda conforme esse autor pode-se afirmar que competência nada mais é do que mobilizar conhecimentos adquiridos em âmbitos diferentes e em fases diversas a fim de se enfrentar determinadas situações. Também o processo avaliativo está acoplado aos objetivos e ao planejamento do professor, tendo ele a instrumentalização para realizá-lo.

De acordo com Luft (2000, p.417) parecer é "opinião ou juízo técnico sobre certa matéria ou objeto", já descritivo é "próprio de descrever, retratar, figuram que descreve, o qual representa conta, explica minuciosamente" Luft (2000, p.228). Observou-se que a avaliação, por parecer descritivo, deverá se dar de acordo com a definição acima: emitir um juízo técnico somado a uma descrição minuciosa do rendimento do aluno. O que instigou esta pesquisa foi a oportunidade de explorar o conhecimento gerado neste processo avaliativo na disciplina de EF em uma escola municipal de Pelotas.

Necessário se fez que, tanto nos estudos realizados, quanto nas leituras sobre o tema avaliação, fosse encontrado o estímulo para que a avaliação seja contínua, formativa e personalizada. Descreve-se tal abordagem generalista, porque dentro de cada leitura, diferentes aspectos se imbricam no pensamento de uma avaliação eficiente, justa e não classificatória. Desejava-se estudar que teorias nortearam a prática avaliativa da escola que foi objeto de estudo, a partir dos

conhecimentos que foram repensados e alterados no Projeto Político Pedagógico[2] (PPP) e no Regimento Escolar[3]. Esses documentos devem ter consonância com a prática pedagógica da escola e afinidade com a comunidade, que tem vida, movimento e principalmente crescimento cognitivo.

> A construção do projeto pedagógico enseja o uso da expressão *trabalho pedagógico* em substituição ao costumeiro *processo ensinoaprendizagem [...] o trabalho pertence a quem o concebe, executa e avalia*. Não se aceita que alguém planeje o que o outro irá realizar, pois retira-se do executor suas possibilidades de domínio sobre o processo de trabalho, de comprometimento com o mesmo e de senti-lo como algo prazeroso e gratificante. [...] considerar que as atividades do aluno constituem seu trabalho em cujo planejamento, desenvolvimento e avaliação ele deve se desenvolver. É nesse contexto que se situa o projeto político-pedagógico, como o processo e o documento dele resultante que se refletem as intenções, os esforços e a responsabilidade de toda a equipe. (Vila Boas 2005, p.181)

Na realidade do município de Pelotas, a elaboração destes documentos deve incluir e interagir com a comunidade escolar[4]. Depois, a escola precisa encaminhar uma cópia para a SME Pelotas, e outra deve ser entregue ao Conselho Municipal da Educação (CME) Pelotas. Após isso, estudados e analisados, mediante aprovação, é que esses documentos entrarão em vigência.

Enquanto atuante na Supervisão de Ensino da Área da EF, eu participei da comissão de estudos dos PPP e regimentos escolares das sessenta e três escolas do município de Pelotas. Foi percebido que, usualmente, as escolas valorizam a comunidade escolar e buscam contemplar as suas necessidades.

De acordo com Veiga (2005, p.13) “o PPP explica os fundamentos teóricos metodológicos, os objetivos, o tipo de organização e as formas de implementação”. Entre esses documentos, alguns itens são comuns, observando as avaliações: as escolas as realizam de forma trimestral, por nota ou parecer descritivo. A realização deste estudo, realizado focalizando-se o processo avaliativo desenvolvido para as séries finais do ensino fundamental por parecer descritivo – uma vez que tal forma

---

2) Projeto Político Pedagógico: É um documento que regulariza o discurso oficial da escola, produzido pela comunidade escolar.

3) Regimento Escolar: É o documento que legaliza o discurso da escola, que normatiza as ações pedagógicas.

4) Comunidade escolar: é composta pelo diretor coordenador, professores, funcionários, alunos e pais/responsáveis.

de avaliação não é uma prática comum –, propicia o interesse pelo conhecimento da trajetória e do processo dessa prática pedagógica em especial na disciplina de EF.

A rede escolar municipal de Pelotas desenvolveu um sistema de avaliação quantitativa, trimestral, em princípio por meio de notas, sendo que algumas escolas apresentam avaliação por parecer descritivo – o que acontece, porém, somente para as séries iniciais (1ª a 4ª série) do ensino fundamental. As avaliações nas escolas municipais de Pelotas, nas séries finais do ensino fundamental, são expressas por notas. A escola em que se desejou realizar o estudo é a única em que se encontra este modelo de avaliação para todas as séries do ensino fundamental (1ª a 8ª série).

A relevância deste estudo também é ressaltada pela divulgação do processo que se firmou na prática, bem como o conhecimento produzido diante da caminhada que possui. A partir destes apontamentos, a pesquisa buscou uma análise da trajetória, do cotidiano, do embasamento teórico dos professores e da aceitação pela comunidade na avaliação por parecer descritivo, de 5ª à 8ª série do ensino fundamental, na EF escolar, em uma escola da rede municipal de Pelotas.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 OBJETIVO GERAL

Analisar o processo avaliativo por parecer descritivo em EF escolar, de 5ª a 8ª séries, do ensino fundamental de uma escola municipal da cidade de Pelotas.

1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Analisar a trajetória de construção da proposta de avaliação por parecer descritivo.

- Analisar como ocorre no cotidiano o processo de avaliação por parecer descritivo em EF.
- Analisar qual o embasamento teórico utilizado pelos professores para a operacionalização dos processos avaliativos em EF.
- Analisar a aceitação pela comunidade da avaliação por parecer descritivo na EF.

1.3 DEFINIÇÃO DE TERMOS

Avaliação- "é criar hierarquias de excelência, em função das quais se decidirão a progressão no curso seguido, a seleção no início do secundário, a orientação para diversos tipos de estudos". (PERRENOUD 1999, p.9).

Avaliação formativa- "é aquela que, como o nome sugere, ocorre junto ao processo de ensino e aprendizagem, fornecendo dados importantes para o ajustamento das ações educativas". (PCN-BRASIL 1998, p. 59).

Educação Física Escolar- "é uma disciplina que trata, pedagogicamente, na escola, do conhecimento de uma área denominada aqui de cultura corporal". (COLETIVO DE AUTORES 1992, p.61).

Parecer descritivo- é um relato escrito, produzido periodicamente pelo professor da disciplina ou da turma, referente ao aprendizado do aluno.

Projeto Político Pedagógico- "documento programático que reúne as principais idéias, fundamentos, orientações curriculares e organizacionais de uma instituição educativa ou de um curso". (VEIGA 2001, p.271).

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 AVALIAÇÃO SEGUNDO LEIS DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

A educação brasileira, embasada nas leis nacionais, tem diretrizes educacionais atribuídas. Portanto, pensa-se ser importante que as avaliações se dêem segundo a legislação anterior. Encontra-se:

> Art. 39. A apuração do rendimento escolar ficará a cargo dos estabelecimentos de ensino, aos quais caberá expedir certificados de conclusão de séries e ciclos e diplomas de conclusão de cursos.
> § 1º Na avaliação do aproveitamento do aluno preponderarão os resultados alcançados, durante o ano letivo, nas atividades escolares, asseguradas ao professor, nos exames e provas, liberdade de formulação de questões e autoridade de julgamento.
> § 2º Os exames serão prestados perante comissão examinadora, formada de professôres do próprio estabelecimento, e, se êste fôr particular, sob fiscalização da autoridade competente. (LEI Nº 4.024- BRASIL,1961)

Observou-se na redação do Art. 39 que a avaliação é apresentada como posse de conhecimento, com obrigatoriedade de provas para a verificação dos resultados alcançados pelo aluno e fiscalizada pelas autoridades competentes.

Essa LDB (BRASIL, 1961) foi sofrendo alterações ao longo dos anos e depois de uma década de vigência, no ano de 1971, sua redação foi aprimorada. Em se tratando de avaliações, prevalece o qualitativo sobre o quantitativo e regulariza-se a freqüência escolar, permitindo que o aluno falte até 25% das aulas.

> Art. 14. A verificação do rendimento escolar ficará, na forma regimental, a cargo dos estabelecimentos, compreendendo a avaliação do aproveitamento e a apuração da assiduidade.
> 1º Na avaliação do aproveitamento, a ser expressa em notas ou menções, preponderarão os aspectos qualitativos sobre os quantitativos e os resultados obtidos durante o período letivo sobre os da prova final, caso esta seja exigida.
> 2º O aluno de aproveitamento insuficiente poderá obter aprovação mediante estudos de recuperação proporcionados obrigatoriamente pelo estabelecimento.
> 3º Ter-se-á como aprovado quanto à assiduidade:
> a) o aluno de freqüência igual ou superior a 75% na respectiva disciplina, área de estudo ou atividade;
> b) o aluno de freqüência inferior a 75% que tenha tido aproveitamento superior a 80% da escala de notas ou menções adotadas pelo estabelecimento;
> c) o aluno que não se encontre na hipótese da alínea anterior, mas com freqüência igual ou superior, ao mínimo estabelecido em cada sistema de ensino pelo respectivo Conselho de Educação, e que demonstre melhoria

> de aproveitamento após estudos a título de recuperação. (LEI Nº 5.692-BRASIL,1971)

Já a avaliação na Lei Nº 9.396 (BRASIL,1996)

> Art.24 cap.V- a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios: a) avaliação continua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas. (LEI Nº 9.396 BRASIL,1996)

As escritas dos textos acima ressaltam que, independente da avaliação realizada pela escola, foi indicado que os aspectos qualitativos devem permanecer sendo priorizados em relação aos processos quantitativos.

Avaliação não é um procedimento isolado da educação, desta forma não aparecem especificadas as disciplinas e como elas devem avaliar o aluno. Cabe então a cada uma dentro, das suas possibilidades de produção de conhecimento, criar critérios e instrumentos avaliativos para melhor atender aos propósitos de cada especificidade. O currículo das séries finais do ensino fundamental é formado por uma junção de disciplinas. No município de Pelotas, são no mínimo nove.

2.2 APONTAMENTOS SOBRE AVALIAÇÃO

Em meio aos embasamentos pedagógicos, dentre os demais elementos fundamentais e constitutivos dos processos da Educação escolarizada e da EF, destacam-se as avaliações (PEREIRA, 2004). Buscando entender esse processo avaliativo, encontrou-se um conceito de Piletti (2006) que indica alguma pista do que é a avaliação.

> ... é um processo contínuo de pesquisas que visa interpretar os conhecimentos, habilidades e atitudes dos alunos, tendo em vista mudanças esperadas no comportamento, propostas nos objetivos, a fim de que haja condições de decidir sobre alternativas do planejamento do trabalho do professor e da escola como um todo. (PILETTI, 2006, p. 190)

Encontram-se muitos autores que desenvolvem teorias sobre este tema em diferentes linhas epistemológicas (não vamos aqui defender qual a certa ou a errada, pois se entende que não exista uma de caráter mais prático que outra. É uma questão de formação acadêmica). Acredita-se que é muito importante o

professor escolher a mais adequada ao seu trabalho. Para tanto, iremos destacar algumas concepções tradicionais e seus autores.

Dentro do tema avaliação formativa, o qual desenvolve os conhecimentos necessários ao desenvolvimento das competências, em suas múltiplas dimensões, tem-se Perrenoud (2001), que estimula uma forma de avaliar na educação que priorize o processo educacional e não o resultado final. Assim, tem-se na avaliação formativa uma peça essencial na constituição de um dispositivo de pedagogia. Para Perrenoud (2001), avaliação não é um fluir em si, é uma engrenagem num funcionamento didático. Entre as abordagens, podem ser citadas a conceitual – resolução de conflitos ou problemas a partir do uso de teorias, informações e conceitos; procedimental – implica o saber fazer, a capacidade de atuação em diferentes cenários de prática; atitudinal – na forma de valores atitudes inerentes à atuação profissional.

Do ponto de vista educacional, para Demo (2002) a avaliação é classificatória e será sempre injusta, incômoda, incompleta, ideológica, não permitindo uma globalidade do sujeito, o que a torna facilmente autoritária, excludente, humilhante e insidiosa. Segundo sua concepção, o que não classifica não avalia, e avaliação é uma escala, estando o problema muito mais na cabeça do professor do que na nota. Ainda conforme Demo (2002), o professor que sabe avaliar, classifica, escalona o aluno para fins estritamente pedagógicos. A nota sozinha nada diz, mas pode dizer muito se for o reflexo de cuidados como: acompanhamento passo a passo, observação meticulosa e permanente das ações pedagógicas.

Hoffmann (2003) acredita em uma avaliação mediadora, aquela que verifica a relação dos alunos com o conhecimento, que está cada vez mais consciente do seu comprometimento com os resultados obtidos. Esse é um grande passo para a construção de um olhar mais justo, porém ainda existe uma busca incansável por padrões de mensuração, o que muitas vezes é difícil – como é possível medir um crescimento social, motor ou até atitudinal? Estes objetivos são os maiores entraves a um processo avaliativo na educação. Ainda Hoffmann (2003) elenca alguns itens para uma avaliação mediadora, destacando a postura cooperativa, aproximando quem ensina de quem aprende. Para isso, um olhar construtivo em avaliação articula-se ao desejo político do educador, que se traduz no comprometimento de aprofundar teorias, de uma atualização permanente e contextualizada, de uma

consciência humanista sobre a realidade social e de respeitar o saber elaborado pelo aluno, o que desafia o aluno a evoluir e a construir uma concepção investigativa.

Conforme Luckesi (1998), o processo avaliativo prioriza um olhar inclusivo e qualitativo, envolvendo os conhecimentos, habilidades e hábitos.

Saul (1988) confia na avaliação emancipatória, com o objetivo de libertação através da investigação constante do processo de aprendizagem do aluno para compreender, participar e intervir.

Em Vasconcellos (2007), o tema avaliação está calcado na dialética-libertadora que visa trabalhar na conscientização da comunidade educativa, deixando claro aos alunos e pais os critérios das necessidades a partir do confronto entre a situação atual e a situação desejada, visando uma intervenção na realidade. Para Vasconcelos (2007), "avaliar é ser capaz de acompanhar o processo de construção do conhecimento do educando, para ajudá-lo a superar os obstáculos". A nota obtida pelo aluno é somente uma mensagem que não diz de início, ao aluno, o que ele sabe, mas o que pode lhe acontecer se continuar assim até o final do ano. Essa configuração de avaliação dialética-libertadora em que ele acredita, introduz uma ruptura porque propõe deslocar essa regulação ao nível da aprendizagem e individualizá-la.

Sobre avaliação da EF, segundo Nascimento *et al* (2002, p.130), "é uma tarefa necessária ao trabalho docente e por meio dela os objetivos propostos são comparados com os resultados alcançados". Os autores ainda enfatizam que ela é bastante subjetiva, ficando a cargo dos professores a atribuição de notas, o que afirmam baseados em estudos com professores de EF das escolas estaduais da cidade de Florianópolis- SC.

Para Bento (1987), a avaliação é uma das mais difíceis tarefas pedagógicas, requerendo professores críticos, exigentes e que se interroguem sobre suas práticas. Ele propõe que sejam feitas reflexões após as aulas, cotejo entre os objetivos e o processo de ensino, análises documentadas das aulas, observações críticas dos estudantes, gravações das aulas e uso de diário pelo professor.

Avaliar na EF não é uma tarefa fácil. Todo o processo avaliativo é complexo, de acordo com Pereira (2004, p.3), “Eles contribuem para a diferenciação entre mera instrução imediatista e superficial e a educação humanista, processual e de qualidade”. Uma avaliação comprometida com os alunos qualifica a educação escolar.

Observou-se na prática de supervisão de ensino nas escolas, nos relatos de professores de EF e em reuniões pedagógicas, realizadas pela SME Pelotas, que a avaliação também está fora do contexto das demais disciplinas; nas situações em que atua, aparece como coadjuvante no processo ensino-aprendizagem, como forma de controle. Conforme Etchepare & Zinn (2001), a avaliação na EF não é realizada em integração com as demais disciplinas, bem como se afasta da proposta pedagógica da escola. A avaliação seria entendida como registro de nota ou parecer descritivo.

Pensou-se nesta realidade e elaborou-se um raciocínio das atribuições de um professor de EF de rede municipal, que atue quarenta horas semanais distribuídas em duas escolas. Uma escola apresenta a proposta de avaliação por parecer descritivo, o professor atuando dezoito horas em sala de aula tendo duas horas para reunião pedagógica. Dentro das dezoito horas, ele ministra aulas para seis turmas que contam com vinte e cinco alunos em média, somando cento e cinqüenta alunos. Na outra escola, que apresenta avaliação tradicional com mais dezoito horas em sala de aula, este mesmo professor terá mais cento e cinqüenta alunos, totalizando trezentos alunos para avaliar a cada trimestre. Ainda falta salientar que este professor, dentro de uma carga horária de quarenta horas, encontrou seus alunos na periodicidade de no máximo três vezes por semana.

Após o professor administrar todos estes conflitos de uma turma heterogênea, muitos alunos, inúmeras aulas ministradas, focou-se em objetivos que contemplem temas e sub-temas que auxiliem a turma na sua totalidade no crescimento cognitivo e motor conforme a citação abaixo:

> Qualquer avaliação deve girar em torno desses temas e sub-temas, de modo que o professor consiga saber, ao final de cada aula e de cada grupo de aulas, como se saíram os alunos em relação aos temas escolhido. (FREIRE & SCAGLIA 2003, p.102)

Relembra-se que, conforme Kunz (1991, p. 124) “a) Observação sistemática e assistemática do aluno na realização dos trabalhos; b) Testes práticos, escritos e/ou orais; c) Auto-avaliação do aluno; d) Avaliação cooperativa”. Os professores da rede municipal de Pelotas relatam que outros fatores influenciam no trabalho de avaliação, como inclusão de alunos com necessidades especiais, quantidade de alunos na classe e as diferentes idades. É importante pensar uma avaliação que parte do conhecimento do aluno e das implicações do contexto em que ele está inserido. Porém, será que ela é possível na realidade das escolas e dos professores?

Conforme Rombaldi & Canfield (1999), os processos avaliativos são mais citados com abordagem construtivista, porém nem todos os professores de EF estariam preparados para o uso coerente desta proposta.

Para Melchior (2001, p.18), “avaliação serve, antes de tudo, para identificar como o aprendiz está se movimentando frente às novas aprendizagens”. De acordo com a citação abaixo, a avaliação auxilia no aprendizado do aluno.

> ... a verificação do aprendizado, por sua capacidade certificativa, seu poder confirmatório da consecução dos objetivos, sua contribuição na explicitação da visão didático-pedagógica institucional e de seus professores, e, dentre outras atribuições, por servir de subsídio para re-planejamentos, reflexões e melhorias nas práticas pedagógicas cotidianas. (PEREIRA 2004, p.3)

Porém os instrumentos tradicionais não condizem com as formas atuais de ensinar. O professor se utilizou de todos os instrumentos (provas, exames, trabalhos, observações) e da “invenção” de novas avaliações, preservando a qualidade do ensino. Abordando a avaliação nas redes federal, estadual e particular de ensino, Veronez e Mendes (1995) constataram que os principais instrumentos avaliativos eram: observações, participação, freqüência, testes físicos, testes teóricos e auto-avaliação.

De acordo com Vasconcelos (2007), quem aprendeu tem muito a argumentar sobre o que aprende, necessita de espaço para mostrar seu conhecimento. Esta foi uma questão básica na avaliação por parecer descritivo, em que o aluno deve mostrar o que sabe e o quanto sabe, sem ser quantificado em notas ou números.

Dentre tantas concepções diferentes e com um propósito comum, o entendimento do pensamento de autores sobre a avaliação serve para auxiliar o

professor a decidir o posicionamento frente ao processo avaliativo que realizou no seu cotidiano escolar.

> ... nos sistemas educativos, há uma distância significativa entre o discurso modernista, entremeado de ciências da educação e de novas pedagogias, e as preocupações prioritárias da maioria dos professores e dos responsáveis escolares. Raros são os que se opõem resoluta e abertamente a uma pedagogia ou uma avaliação formativa.(PERRENOUD 1999, p.17)

Nessa citação pode-se compreender que o professor acredita em novas pedagogias e na avaliação formativa, mas o que se questiona é justamente se essa avaliação foi realizada na escola.

O entendimento do professor da realidade e o planejamento que executa na escola, bem como o que deseja produzir como conhecimento e o legado para seus alunos, serão a base da construção de uma avaliação de sucesso, pois, ao ser questionado pela comunidade escolar sobre sua prática avaliativa, ele deve ter segurança no trabalho que está desenvolvendo.

Pereira (1997) verificou que semelhanças e diferenças foram apresentadas no que tange a prática avaliativa dos professores nas redes estaduais e privadas de ensino. E o estudo elenca bem que os professores produziam conhecimentos e avaliavam por notas.

> Como semelhança encontrou-se que, em todas as avaliações, o papel do professor foi fundamental, e a partir dele é que as notas foram registradas. Mesmo com as auto-avaliações que certos professores utilizaram, a nota decorria dos entendimentos dos professores. (PEREIRA, 1997, p.207)

Conhecer o aluno é prioridade do professor para realizar uma avaliação justa e condizente com a prática. Por outro lado, evitar conhecimento da verdadeira situação da turma, do ponto de partida e dos conhecimentos prévios dos sujeitos a serem avaliados.

> Todavia, não basta conviver em aula com um aluno para saber observá-lo, nem observá-lo com atenção para identificar claramente suas aquisições e modos de aprendizagem. Sem empregar uma instrumentação pesada, pouco compatível com a gestão da classe e das atividades, é importante que o professor saiba determinar, interpretar e memorizar momentos significativos que, em pequenos toques, contribuem para estabelecer um quadro de conjunto do aluno às voltas com diversas tarefas. (PERRENOUD, 1999,p. 49)

O importante é estabelecer um planejamento flexível de intervenção, fundamentado nas competências e habilidades a serem desenvolvidas em sua disciplina, de modo que a avaliação facilite as correções necessárias ao longo do processo pedagógico.

Assim, será possível chegar a determinados resultados, permitindo identificar as falhas nos percursos da aprendizagem e estabelecer novas formas de intervenção:

> Já o esquema do exame no colégio e na escola elementar coloca professor e alunos em lados opostos: um que já sabe, que já passou pelos testes, que já chegou lá, e outro que deve passar pelas provas para lá chegar. (VASCONCELOS 2007, p. 95)

Sobre a EF escolar, vinculada à prática na escola e à formação docente:

> ...tanto no ensino fundamental e médio, quanto no superior, direciona-se na maioria das vezes exclusivamente à verificação do aprendizado pela análise da capacidade de retenção de informações e reprodução de movimentos técnicos, desconsiderando-se o desenvolvimento e progresso global do aluno. (NASCIMENTO *et al* 2007, p.56)

Este estudo também teve a preocupação de conhecer os instrumentos utilizados pelos professores para realizar o processo avaliativo.

> A avaliação constitui-se, na maioria das vezes, em instrumento para verificação da capacidade de memorização dos alunos. Com isso, o professor não utiliza o resultado das avaliações para interpretar, mas somente para verificar. (NASCIMENTO *et al* 2007, p.61)

Bernardi (2002), sobre avaliação no ensino médio em diferentes redes escolares, constatou que os professores de EF enfrentam dificuldades para avaliar e culpam, em parte, a formação que receberam na graduação.

> ...firmam que o grande número de alunos numa mesma turma, dificulta a avaliação individualizada. Os professores culpam a formação recebida na universidade, por não ter dado bases para a formação de bons professores, com formação muita técnica e pouco pedagógica. (BERNARDI 2002, p. 11)

Na EF escolar, além de que avaliar, existe a dificuldade de “como avaliar”. Isso aponta para a necessidade de avaliação formativa.

> A avaliação formativa não dispensa os professores de dar notas ou de redigir apreciações, cuja função é informar os pais ou a administração escolar sobre as aquisições dos alunos, fundamentando a seguir decisões de seleção ou de orientação. A avaliação formativa, portanto, parece sempre uma tarefa suplementar, que obrigaria os professores a gerir um duplo sistema de avaliação, o que não é muito animador. (PERRENOUD 1999, p.16)

Mas para que serve uma avaliação no trabalho pedagógico? Um dos objetivos foi nortear o trabalho do professor, dar-lhe indicativos de que está tudo ocorrendo como o planejado ou de que algo está errado e tem que ser revisto para atingir as metas.

> ...avaliação tem por objetivo diagnosticar e incluir o educando, pelos mais variados meios no curso da aprendizagem satisfatória, que integre todas as suas experiências de vida. (LUCKESI 1998, p.173)

Em trabalho escolar tradicional, utilizou-se um modelo de avaliação por objetivos que enfatiza o conhecimento adquirido através da transferência de informação via professor-aluno e verificou-se o aprendizado aplicando testes. O professor refletiu uma condição de quem avalia no formato de como sempre foi avaliado. Essa constatação é muito bem observada na citação sobre as propostas avaliativas na escola.

> ...ao formular a pergunta ou propor o problema, o professor já escolheu, ao mesmo tempo, uma forma de resolvê-lo, o que implica uma forma de ver e de interpretar o conhecimento. (MÉNDEZ 2002, p.33)

De acordo com Méndez (2002, p.34), muitas das propostas “não transcendem a mera enunciação ou formulação de linhas gerais que muito pouco incide nas práticas reais dos professores”, o que tornou o processo de avaliação escolar complexo. Esta transferência de valores prejudicou na formação das identidades dos alunos, interferiu nos currículos das escolas e não prepara o aluno para a sociedade. Santos *apud* Bernstein (2003): “a escola para cumprir seu papel deverá garantir o desenvolvimento pessoal, o direito de ser incluído e o direito à participação. Assim estaríamos caminhando para uma escola democrática, que respeitasse o desenvolvimento pessoal e individual dentro de um coletivo”. Porém no cotidiano escolar aponta Luckesi (1998, p.20) “o próprio sistema de ensino está atento aos

resultados” carecendo de uma reforma imperativa no processo avaliativo, pois, da forma em que está fundamentado, torna-se classificatório e também excludente. Uma proposta de avaliação mais democrática, ainda Luckesi (1998, p.21) coloca, é uma forma de “romper com o modelo de sociedade e com a pedagogia que o traduz”, democratizando a educação e o aprendizado do aluno, bem como valorizando o seu conhecimento.

O que foi importante na construção do conhecimento para os alunos? O que tem valor dentro da educação? Estes valores dependerão do contexto, do objetivo e da forma com que é estruturada a escola e seu currículo. O aluno é um “representante” dos valores que lhe são ensinados, bem como, historicamente, as disciplinas que têm mais carga horária, têm mais importância dentro da escola.

Essa importância esteve diretamente ligada à valorização que as escolas depreendem dos resultados, as avaliações pontuais superam as processuais. Os alunos precisam ser preparados para avaliações externas (Prova Brasil, ENEM e Vestibular), são elas que estão normatizando as práticas das escolas. As escolas estão tendo que se organizarem para atender mais as expectativas externas do que as internas (formação do aluno).

> As avaliações nacionais, em curso, na política educacional brasileira-SAEB, ENEM e Provão- desconsideram esse último modelo de compreensão de avaliação e se mantém no anterior, pautado pela aplicação de testes para a medição do rendimento do aluno, pelo controle dos resultados pelo estado, pela classificação e comparação das escolas. (LIBÂNEO 2008, p.206)

O sistema está contribuindo para um retrocesso da avaliação. A partir da década de 80, foram feitos muitos estudos sobre avaliação e, de acordo com Libâneo (2008, p.206), “questionam sobre o que e para que se avalia”. Porém, com esta política de resultados, uma avaliação quantitativa induz as escolas ao retrocesso.

Com base em Luckesi (1998), uma mudança no sistema acarretaria em mudança na postura do ser professor. Este deverá ter uma conduta de facilitador do ensino e da aprendizagem do aluno, ele passará a ser um mediador e o aluno um construtor de sua formação. Porém, recriar e reconstruir não são sinônimos de buscar informações, entende-se que o aluno precisa aprender a formar seu

conhecimento e associá-lo ao dia-a-dia. Compreender o todo, saber fazer as relações, esta é a tarefa do ser docente.

> O educador democrático não pode negar-se o dever de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão. Uma de suas tarefas primordiais é trabalhar com os educando a rigorosidade metódica com que deve se aproximar dos objetos cognoscíveis. (FREIRE 1996, p.28)

O professor é um mediador do conhecimento, aquele que incentiva o aluno ao aprendizado e trabalha com conteúdos modernos e de sua realidade, formando assim sujeitos críticos.

> ...o ensino consiste em modificar ou mudar a conduta do aluno, não a sua forma de raciocinar, o seu pensamento e, inclusive, os seus sentimentos e as suas atitudes. (MÉNDEZ 2002, p.30)

Nesta perspectiva, o aluno forma-se crítico dentro do seu contexto e da sua realidade, preservando seu raciocínio inicial, tornando-se capaz de desenvolver argumentos elaborados.

2.3 A EDUCAÇÃO FÍSICA E O CURRÍCULO

Conforme o Art. 26 da atual LDB (Brasil,1996), a EF é componente curricular obrigatório e é a única disciplina que desenvolve um trabalho corporal específico. Entende-se que, para a realização deste estudo, deve ser feito um breve diálogo com autores sobre o tema currículo.

Explorando o conhecimento da literatura associado à prática, busca-se na teoria de Bernstein (1998) sobre currículo e construção do conhecimento, sobre as pedagogias visíveis e invisíveis que são produzidas nas escolas um auxílio epistemológico, visto que avaliação está ligada ao currículo e à construção de conhecimento e às práticas dos alunos.

A EF Escolar, ao longo dos anos, se constituiu a partir de algumas características, por produzir conhecimento corporal nas áreas higienista, militarista e educação esportiva (CORRÊA E MORO, 2004).

É uma disciplina diferente das demais no que se refere ao ambiente da aula, quadra esportiva (coberta ou área livre), disposição dos alunos, discurso do professor, postura e acessórios (boné, apito, óculos...) ou, ainda, pelos conhecimentos técnicos que exige do aluno. Ela está diretamente conectada ao corpo e ao movimento e ao conhecimento que os professores de EF produzem em seus alunos. Espera-se que na segunda etapa do ensino fundamental os alunos já tenham incorporado a rotina escolar e assimilado as competências básicas; que já tenham atingidos os objetivos da primeira etapa da Educação Básica (Pré- escola à 4ª série). Assim, os alunos da segunda etapa do ensino fundamental, depois da sua conclusão, deverão ser capazes de:

> - Participar de diferentes atividades corporais, procurando adotar uma atitude cooperativa e solidária, sem discriminar os colegas pelo desempenho ou por razões sociais, físicas, sexuais ou culturais;
> - conhecer algumas de suas possibilidades e limitações corporais de forma a poder estabelecer algumas metas pessoais (qualitativas e quantitativas);
> - conhecer, valorizar, apreciar e desfrutar de algumas das diferentes manifestações de cultura corporal presentes no cotidiano;
> - organizar autonomamente alguns jogos, brincadeiras ou outras atividades corporais simples. (BRASIL, 1998, p.63).

Estes conhecimentos buscam proporcionar ao aluno autonomia nas aulas e naturalmente estão associados a outras práticas corporais. O que possivelmente produzirá neles consciência corporal de uma vida saudável, tornando-os futuros praticantes de esportes e/ou atividades físicas, proporcionando, assim, mudanças de comportamentos.

O currículo é um termo amplo e, conforme Guimarães (2006, p.20), “partindo da hipótese de que o termo currículo muda de país para país, assume ao longo dos anos abordagens amplas e diferentes”. Em Santos *apud* Bernstein (2003, p.77) “O conceito refere-se aos procedimentos para fazer parte do mundo e construí-lo”. Ainda para Santos (2003), o currículo é composto de competências que todos têm condições de aprender, por não existem déficits, mas sim diferenças. A ênfase está na auto-regulação do aluno, no seu desenvolvimento e na aquisição de competências para a emancipação dos sujeitos.

Uma das essências da escola através do currículo refere-se à aquisição de competências e o que representa esta para sua vida em sociedade, especialmente na aplicação teórico-prática.

> No entanto, esse idealismo da competência, a celebração do que somos em comparação com aquilo com que nos tornamos, tem seu preço: isto é, o preço de separar o indivíduo da análise da distribuição de poder dos princípios de controle que, seletivamente, especializam modos de aquisição e realizações.
> (SANTOS *apud* BERNSTEIN 2003, p.79)

A formação do aluno na trajetória escolar também está voltada para a aquisição de conhecimento. Entende-se que currículo tem a ver com a caminhada que cada pessoa constrói, com experiências de vida, de aprendizado que são de difícil definição. De acordo com Silva (1999, p.14), "uma definição nos revela o que uma determinada teoria pensa o que o currículo é". Porque currículo é muito pessoal, mesmo tendo uma "unificação" nas escolas. As experiências, as construções e os aprendizados são diferentes, os interesses e as motivações. Portanto, concorda-se com Silva (1999) quando diz que quando se busca uma definição esta não será do currículo e sim de uma teoria sobre ele.

A construção de conhecimento através da educação deverá ser elaborada a partir da cultura, do contexto social e da aplicabilidade dos conhecimentos adquiridos. Servirá para auxiliar os alunos na convivência social e política, sempre se mantendo em movimento e atualizada, isto é, construída com objetivos esclarecidos.

Entende-se que o aluno deve ser um construtor de seu saber, e, para Freire (1996, p.10), "estudar é uma forma de reinventar, de recriar, de reescrever, tarefa de sujeito e não de objeto". Sendo assim o aluno precisa recriar e construir seu pensamento e o professor gerar neste aluno o conhecimento, instrumentalizando-o para a realização de críticas argumentativas.

Conforme Parecer Nº 323/99 do Ministério Público da infância e da juventude, que dá diretrizes curriculares do ensino fundamental e do ensino médio para o sistema de ensino estadual do RS, no seu artigo segundo, sobre o conceito de currículo:

> 5 – O currículo entendido como esse conjunto complexo de elementos está, por isso mesmo, Mariana múltiplas condicionantes, sobre algumas das quais é possível, pelo menos em certa medida, intervir: o ambiente, os recursos, os professores, o planejamento e a avaliação. (MP- Parecer 323/99)

E seguindo o texto especificamente sobre avaliação:

> 5.3 – A avaliação: A avaliação é uma atividade intrínseca ao agir humano. A pergunta, extremamente simples, que cada um se faz, em relação a qualquer empreendimento, se deu certo ou não, é avaliação. Nesse sentido, a avaliação só tem algum sentido se for feita com fins diagnósticos. A avaliação escolar é, pois, responsável pelo acompanhamento e controle sistemáticos da operacionalização do currículo, visando a fornecer dados capazes de informar o redirecionamento do planejamento e orientar o desenvolvimento curricular. Avaliar – na escola – passará a significar, então, buscar informações capazes de orientar a tomada de decisões a respeito do currículo e de sua implementação.
>
> (MP- Parecer 323/99)

3. PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS

3.1 CARACTERÍSTICAS E INSTRUMENTOS DE PESQUISA

Como a pretensão do estudo foca-se na avaliação realizada por pareceres descritivos na disciplina de EF e na construção pelos professores desta disciplina, opta-se pela pesquisa qualitativa, indicada aos estudos com amostra, conforme Silva (1996) descreve na citação abaixo que:

> ...à pesquisa qualitativa que obtém de um pequeno número de casos sobre um grande número de variáveis. Na pesquisa qualitativa enfatiza-se a compreensão da singularidade e a contextualidade de fatos e eventos... (SILVA 1996, p.87)

Ainda caracterizando a pesquisa qualitativa.

> ... a investigação qualitativa possui cinco características:
>
> 1) Na investigação qualitativa a fonte direta de dados é o ambiente natural,constituindo o investigador o instrumento principal; (p.47)
>
> 2) a investigação qualitativa é descritiva; (p.48)
>
> 3) os investigadores qualitativos interessam-se mais pelo processo do que simplesmente pelos resultados ou produtos; (p.49)
>
> 4) os investigadores qualitativos tendem a analisar os seus dados de forma indutiva; (p.50)
>
> 5) o significado é de importância vital na abordagem qualitativa. (p.50)
>
> (BOGDAN & KIBLEN, 1994 p.47 a 51)

Este projeto atendeu os requisitos da ética, em que os participantes assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), presente no anexo B. O projeto foi submetido ao comitê de ética da ESEF-UFPel obtendo aprovação, conforme anexo G.

Para efetivar a pesquisa, foi solicitada autorização da mantenedora, através da Secretaria Municipal da Educação, SME, de Pelotas, e da escola, na pessoa da diretora. Após um contato inicial para apresentação da proposta de estudo, começaram as observações e entrevistas, bem como a entrega dos questionários (anexo C e D).

Foi utilizado o método fenomenológico, visto que este se preocupa com a descrição direta, tal como ela é. Então, a realidade não é a única da experiência, existem tantas quantas forem as suas interpretações e comunicações. O sujeito ator foi reconhecidamente importante no processo de construção do conhecimento (GIL, 2009). Optou-se por realizar um estudo de caso, cujos métodos de coleta de dados se apóiam em Bogdan & Kiblen (1994, p. 89), que diz "o estudo de caso consiste na observação detalhada de um contexto" Ainda caracterizando o estudo de caso os autores relatam que é "um local específico dentro da organização" (BOGDAN & KIBLEN 1994, p.90).

Justifica-se a escolha do estudo de caso por se tratar de uma escola do município de Pelotas, organizada dentro de uma instância maior, a SME, e ser a única da rede municipal que desenvolve uma avaliação por parecer descritivo para as séries finais do ensino fundamental, excluindo a nota dos boletins escolares.

A metodologia qualitativa é necessária para descrever o contexto de forma globalizada.

> As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre as variáveis. [...] utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados tais como o questionário e a observação sistemática. (GIL 2009 p.42)

A pesquisadora conviveu com o grupo de professores de EF da escola de forma aproximada, por um período significativo de tempo. Cuidadosamente posicionava-se de modo a escutar claramente o professor e os alunos. Suas observações não interferiam no andamento das atividades. Cabe ressaltar que a presença da pesquisadora de forma sistemática ocasionou um pequeno vínculo com alunos, que aos poucos se interessavam pela pesquisa, conversavam e até chamavam-na de professora.

As observações, como uma das técnicas de coleta de dados, foram realizadas nas aulas de EF das turmas 5ªA, 6ªA, 7ªA e 8ªA. Essas aulas ocorriam quatro vezes por semana, dois dias à tarde e dois dias pela manhã, um dia para cada turma, em encontros com duração de 90 minutos, nos meses de setembro e outubro de 2009.

Quando a pesquisadora concluiu as observações, foi relatado pelo professor de EF da escola do turno da manhã que os alunos sentiram falta de sua presença e a cada aula perguntavam “quando a professora virá?”. Este fato é compreensivo, visto que as observações foram presenciais e sistemáticas.

Ainda dentro das observações, a pesquisadora participou como ouvinte no conselho de classe das turmas envolvidas. Sendo uma experiência ímpar, oportunizada pelo corpo docente da escola, ressalto que esta participação foi uma ocasião especial para o conhecimento de como é realizada a avaliação dos aluno. Contribuiu para a compreensão da realidade cotidiana e da trajetória de construção do processo, bem como sua operacionalização, que culminou na elaboração do pareceres descritivos, em específico da disciplina de EF.

Além das técnicas de observação, foram utilizados entrevistas e questionários. Conforme Gil (2009), a mistura de diferentes técnicas é um princípio básico de um estudo de caso. Ainda este autor sobre as técnicas do estudo de caso:

> O processo de coleta de dados no estudo de caso é mais complexo que o de outras modalidades de pesquisas. Isso porque na maioria das pesquisas utiliza-se uma técnica básica para a obtenção de dados, embora outras técnicas possam ser utilizadas de forma complementar. Já no estudo de caso utiliza-se sempre mais de uma técnica. Isso constitui um princípio básico que não pode ser descartado. Obter dados mediante procedimentos diversos é fundamental para garantir a qualidade dos resultados obtidos. Os resultados obtidos no estudo de caso devem ser provenientes da convergência ou da divergência das observações obtidas de diferentes procedimentos. (GIL 2009 p.140)

Para investigar a opinião dos alunos e pais, optou-se por questionários, buscando que os escolares expressassem suas posições sobre a avaliação por parecer descritivo. O uso destes instrumentos também se apóiam em (TRIVIÑOS 1988) e (OSIPOV *et al* 1986).

A análise de discursos, entrevistas com os coordenadores e os professores de EF, foram feitas com base em Triviños (1988) e Osipov *et al* (1986). Sobre as entrevistas, André (1999, p.28) “têm a finalidade de aprofundar as questões e esclarecer os problemas observados” sendo um meio de completar as informações prestadas.

Na análise de conteúdo documental, apoiado em Osipov *et al* (1998) e Bardin (1977), foram estudados o PPP, regimentos e os pareceres emitidos pelos professores nas séries finais do ensino fundamental referente ao segundo trimestre de 2009.

A análise de contexto, da escola e seu entorno, por meio de observações sistemáticas, apoiou-se em Ezpeleta & Rockwell (1986) e Osipov *et al* (1986).

Os pareceres estão disponíveis no setor do Centro de Processamento de Dados (CPD) da SME Pelotas, o qual, pela situação profissional da pesquisadora, proporcionou o acesso para realizar o estudo.

O entendimento dos professores sobre o processo avaliativo por meio de pareceres descritivos foi obtido através de entrevistas. A apreciação dos responsáveis e dos alunos se deu por meio de questionários.

O período de início das observações coincidiu com o retorno das aulas após um recesso de quarenta e cinco dias, segundo decreto municipal nº 5183 (2009), para a prevenção da gripe H1N1[5]. Totalizando quarenta e oito dias de observações sistemáticas, assim, aconteceram os registros em diário de campo, conversas informais com professores e alunos.

Foram aplicados questionários, com a devida autorização da direção da escola, dos responsáveis e permissão dos professores, aos alunos dentro do período da aula, com espaço para os pais opinarem sobre o processo avaliativo da escola. Os alunos foram escolhidos aleatoriamente.

As entrevistas semi-estruturadas realizadas com as coordenadoras de turno (manhã e tarde) aconteceram na própria escola, durante o turno de trabalho. Com os professores de EF, também no turno do professor. O período de intervalo (recreio das turmas) foi o horário encontrado para a efetivação do trabalho com os professores, visto que eles possuíam todo o turno preenchido com turmas. As entrevistas foram realizadas através de gravações (em aparelho eletrônico MP3) autorizadas pelos sujeitos e transcritas na íntegra. Após as transcrições, foram

5) A Influenza A H1N1 (comumente conhecida como Gripe Suína) é uma gripe pandêmica que atualmente está acometendo a população de inúmeros países.

entregues cópias para cada entrevistado, para que assim pudessem ler e autorizar a publicação das falas.

As análises dos documentos da escola, como PPP, planos de estudos e regimento ocorreu ao longo das observações e entrevistas. Já a análise dos pareceres descritivos elaborados pelos professores no segundo trimestre de 2009, ocorreu após o fechamento da avaliação.

As observações aconteceram durante o período de quarenta e oito dias, com idas sistemáticas a escola, quatro vezes por semana. Essa sistematicidade de visitas se mostrou relevante para a compreensão do contexto, do desprendimento de tempo para a avaliação e principalmente para perceber como os alunos e os professores desempenham a avaliação na escola.

3.2 CARACTERÍSTICAS DA ESCOLA

A escola pesquisada possui uma ideologia pedagógica baseada nas competências dos adquirentes, lutando por um processo educativo diferenciado, culminando em uma avaliação por parecer descritivo nas séries finais do ensino fundamental. Tal característica desperta o interesse em conhecer a prática deste grupo, tecer saberes e refletir sobre o tema.

O estudo foi realizado em uma escola da rede municipal de Pelotas, que foi escolhida por ser a única a avaliar seus alunos de 5ª a 8ª série do ensino fundamental por parecer descritivo. Conforme explanado anteriormente, caracteriza-se como um estudo de caso que, segundo Gil (2009), refere-se a um contexto definido. Enfatizou-se a explicação do contexto para compreender melhor a manifestação do problema, o que induz a descrição de situações específicas em que ocorrem.

O objeto de estudo fica localizado na zona urbana da cidade de Pelotas, em um bairro pioneiro, importante e histórico. A menos de 200 m da escola, se encontra

um dos maiores cartões postais da cidade, o Museu da Baronesa[6]. Sua localização é privilegiada, cercada de grandes avenidas. Vizinha de muitas mansões, uma grande loja de departamentos, bancos 24h, lanchonete, padaria, clube e Centro de Tradições Gaúchas[7], estando os já citados anteriormente, em um raio de aproximadamente 1000 m da escola.

Desvelando algumas das contradições da sociedade e particularidades da cidade em que se desenvolveu o estudo, apesar das características positivas do entorno da instituição, a escola de tem uma clientela de alunos carentes. Essa situação é comprovada pelo fato de 165 alunos de um total de 381 fazerem parte do projeto presença[8], o que caracteriza a escola como comunidade pobre.

Com base em dados disponibilizados pela Secretaria da Educação do estado do RS, através do Departamento de Planejamento e Divisão de Informática, que é responsável pelo censo escolar, no ano de 2008 a escola tinha 396 alunos matriculados, 208 do sexo masculino (48 brancos, 3 pretos, 5 pardos e 152 não declarados) e 188 do sexo feminino (37 brancas, 7 pretas, 1 parda e 143 não declaradas). Sobre o quadro de professores, o número total é de 38 profissionais, 35 com formação em curso superior e 3 com formação em ensino médio magistério.

Essa escola funciona em prédio próprio, é uma das mais antigas do município, a terceira a ser implantada, e já foi considerada da zona do campo. Seu ambiente atual está reformado, mas guarda ainda uma fachada de escola antiga. Na sua estrutura, encontra-se sala da diretoria, sala da orientação pedagógica, secretaria, sala de professores, laboratórios de informática e de ciências, sala de recursos multifuncionais para Atendimento Educacional Especializado (AEE). Além disso, dispõe de duas quadras poliesportivas (uma coberta) com medidas aproximadamente de 15 m por 30 m cada, uma sala para EF, cozinha, refeitório, biblioteca, sanitários, dentro e fora do prédio, adequados para a educação infantil e

---

6) Museu da Baronesa- É uma instituição cultural as Secretaria da Cultura da Prefeitura Municipal de Pelotas. Possui um acervo de mais de mil peças, destacando-se uma coleção de móveis e acessórios com leques, porcelanas, pratarias armários, paramentos, vestes, fardas militares e imagens de madeira.

7) Centro de Tradições Gaúchas- Clube tradicionalista que objetiva manter viva a tradição para isto serve-se do folclore, da sociologia, da arte, literatura, dança e do teatro.

8) Projeto Presença- Objetiva garantir a permanência dos alunos na escola, é direcionado a alunos de baixa renda (per capita de no máximo R$ 90,00). É um programa de repasse de renda do governo federal brasileiro, chamado Bolsa Família, e uma das condicionalidades deste é a permanência do aluno na escola.

para pessoas com necessidades especiais ou mobilidade reduzida, sendo considerada pela comunidade uma escola inclusiva e referência no município de Pelotas. A escola tem ainda 15 salas de aula.

Observa-se que é uma escola preocupada com o bem estar de seus alunos, professores e funcionários. Nos corredores é possível observar portas enfeitadas com especificações coloridas, paredes limpas e conservadas, no *Hall* de entrada, há a linda imagem de uma santa, confeccionada com ladrilhos na parede (obra de arte feita por um pai, relatou orgulhosa a diretora. Atualizada nas tecnologias, encontra-se na escola para uso comum: computadores, impressora, DVD, TV, copiadora, retroprojetor e internet.

Este cuidado com a comunidade escolar e resultados pedagógicos alcançados despertam curiosidade e interesse pela academia. Essa escola foi alvo de várias pesquisas, por exemplo, a citação abaixo, eterniza os embates pedagógicos ocorridos na comunidade escolar.

> Depois de um ano de trabalho o professor Doralino teve de se afastar do Magistério. Para que o trabalho iniciado não fosse interrompido, o grupo de professores indicou-me, então lecionando Educação Artística na Escola, em uma reunião junto com a SME, para assumir interinamente a direção da escola até que novas eleições fossem marcadas. Assumi, a direção da Escola em 05 de março de 1990, tendo sido eleita em 23 de março de 1990 para um mandato de três anos.
> A partir de então, deu-se continuidade a uma série de ações e criaram-se outras que contribuíram para o içamento da confiança que a comunidade precisava ter na escola e da auto-estima de pais, estudantes, professores e funcionárias.
> Foram aos poucos ocorrendo mudanças administrativas, como a racionalização do trabalho burocrático, a organização administrativa interna, a recuperação e organização da documentação, bem como pedagógicas, com as reuniões pedagógicas e as leituras coletivas de estudo; ainda na área física, com a reforma do prédio.
> Os pais dos estudantes começaram a questionar os problemas que a escola enfrentava e a opinar sobre os projetos que estavam sendo pensados no que diz respeito às melhorias de que estava necessitando. Isso fez com que se sentissem parte integrante da escola, o que, de certa forma, contribuiu para um melhor desempenho das crianças em sala de aula e na melhoria da qualidade da relação entre pais, professores, funcionários e direção. Esta informação baseia-se nos índices de participação de pais em reuniões e na observação da alegria com que as crianças relatavam cada vez que viam seus pais na escola. (MONTARDO 2005 p.36)

A escola, que possui o ensino fundamental completo, é organizada por série e avalia seus alunos por parecer descritivo da pré-escola à 8ª série. Também

desenvolve disciplina de Projeto Integrado (PI)[9], realiza reuniões pedagógicas semanalmente e mantém estudos coletivos.

Nos conselhos de classe, os professores discutem a avaliação dos alunos, que é realizada trimestralmente. Cada professor tem a oportunidade de expressar-se sobre o aprendizado do aluno, bem como sua conduta no ambiente escolar. O professor conselheiro da turma, juntamente com o coordenador de turno, são os responsáveis por concluir a redação dos pareceres descritivos.

Após a conclusão desta redação, os professores têm a oportunidade de reler e aprovar. Somente após estes momentos de correções é que os pareceres foram emitidos ao Centro de Processamento de Dados-(CPD) da SME Pelotas.

Mas nem sempre foi assim. Anteriormente aos pareceres, a escola avaliava por notas, que depois dos conselhos eram emitidas ao CPD para serem digitadas. No entanto ocorriam atrasos. Este foi um dos motivadores da construção dos pareceres, uma vez que a demora na entrega das notas gerava insatisfação por parte dos responsáveis, que questionavam a escola sobre a entrega dos boletins. Em uma reunião pedagógica com os professores, buscando uma solução, optou-se, então, por produzir pareceres descritivos aos responsáveis, independente das notas enviadas ao CPD.

A primeira entrega de boletins produzidos, apresentando novidades, surpreendeu pela agilidade no tempo após o conselho de classe. Os responsáveis pelos alunos mostram-se satisfeitos com a atenção desprendida, conforme pronunciamento de uma ex-diretora da escola.

Como os anseios dos responsáveis pela avaliação dos alunos foram atendidos, a conhecida demora dos boletins oficiais diminuiu e a entrega passou a ser mais ágil e aceita pela comunidade. Essa comunidade não deixava de conferir os boletins mesmo já sabendo o rendimento dos alunos que não deixava de conferir, mas já sabia o rendimento dos alunos. Isso despertou o interesse em avaliar o aluno de forma descritiva.

---

9) Projeto Integrado(PI)- É uma disciplina desenvolvida por mais de um professor, tendo temas e o planejamento realizado por alunos e professores. Considerada uma disciplina regular da escola que aborda temas transversais.

Esta foi uma breve passagem histórica sobre a construção da avaliação por parecer descritivo na escola, que foi incentivada a inovar e aceitou o desafio, já que nada a impedia de simplesmente emitir as notas aos responsáveis pelos alunos. A escola, no entanto, foi mais longe e conseguiu mudar o sistema do CPD municipal – de receber somente notas para então receber os pareceres descritivos desta escola. Essa virou a nova formatação de avaliação da instituição.

Para começar a coleta de dados, a pesquisadora, de posse do projeto, foi à escola para uma reunião com a equipe diretiva, composta de uma diretora e duas coordenadoras pedagógicas, além da orientadora educacional, ocasião em que lhes apresentou formalmente o projeto de pesquisa e a definição dos sujeitos participantes.

Após a explanação, efetivou-se um acerto segundo o qual fariam parte do estudo as coordenadoras de turno, os professores de EF das séries finais do ensino fundamental, alunos e seus respectivos responsáveis.

Inicialmente havia uma previsão de entrevistar noventa sujeitos, dois professores, dois coordenadores e quarenta e três alunos bem como quarenta e três responsáveis, que somariam 22% dos alunos da etapa estudada, conforme Gil (2009). Este cálculo foi obtido a partir dos registros do CPD – no mês de agosto de 2009, cento e noventa e um alunos de 5ª a 8ª séries constavam na matrícula real da escola. Os alunos foram selecionados aleatoriamente.

De acordo com as observações, na escola desvendou-se uma realidade de, no máximo, sessenta e dois alunos desta etapa de ensino que praticavam aulas de EF. As ausências nas aulas foram justificadas pelo turno inverso, alunos dispensados, mau tempo (chuvas), frio, desmotivação dos alunos ocasionada pela demora da mantenedora em suprir a falta de professor para assumir as turmas de 7ª e 8ª série – esta contava visivelmente com poucos alunos, uma média de 10 por aula. Esse fato foi determinante para repensar a amostra, visto que o interesse foi pesquisar alunos das aulas de EF, mas o trabalho não foi prejudicado, pois, segundo Gil (p. 138, 2009), "... o ideal de casos costuma-se utilizar de quatro a dez.". Também conforme esse autor, configura-se como uma situação de "saturação

teórica” quando o pesquisador passa a não encontrar informações novas ou pertinentes ao estudo.

Assim, foram sujeitos à pesquisa duas Coordenadoras Pedagógicas da escola (turnos da manhã e tarde), dois professores de EF das séries finais do ensino fundamental, treze alunos que devolveram os questionários e seus respectivos responsáveis. Ao todo, somaram-se trinta sujeitos.

Foi analisada uma série de cada seguimento (5ªA, 6ªA, 7ªA e 8ªA), sendo que as aulas ocorreram no contra-turno da escola, período em que, além das aulas de EF, os alunos assistiam a mais duas aulas de Artes e uma de Ciências (prática no laboratório).

A coordenadora do turno da tarde, primeira a colaborar com a pesquisa, será identificada como Mariana. A entrevista durou cinqüenta minutos e aconteceu na sala da orientação pedagógica, dentro do ambiente de trabalho. Este espaço era aconchegante e reservado, em nenhum momento houve interrupção.

A coordenadora da manhã, que será chamada de Maria, também foi entrevistada na escola no seu turno de trabalho, numa sala reservada, com privacidade e sem incômodos. A entrevista durou trinta e oito minutos.

O professor do turno da manhã, que será chamado de Mario, participou da entrevista no seu turno de trabalho, no intervalo dos períodos (troca de turma). Foi utilizada a sala da biblioteca. O tempo de duração desta atividade foi de dez minutos, pois o professor foi muito sucinto nas suas respostas, replicando sempre de forma direta e reservando-se a responder sim ou não.

A entrevista do professor do turno da tarde, que será denominado de Mariano, teve duração de dezessete minutos e foi realizada no turno de trabalho. Utilizou-se a sala de informática, espaço em que se obteve liberdade e em nenhum momento houve interrupção.

Os questionários foram entregues aos alunos, com a recomendação que os responsáveis assinassem o TCLE a fim de autorizar a utilização dos dados na pesquisa e que respondessem às questões a eles designados. Em nenhum momento os sujeitos foram coagidos.

3.3 OS PARTICIPANTES DO ESTUDO

Reservando o direito ao anonimato, a coordenadora Mariana relatou que possui duas graduações na área de Licenciatura: Curso de Pedagogia com Habilitação em Séries Iniciais e Licenciatura em História. Ingressou na carreira do magistério por concurso público, através de uma formação de nível médio e assumiu as Séries Iniciais, então já formada em história. Ela relata que:

> *Tentei fazer pós-graduação, em alfabetização e letramento, e não consegui entrar até porque eu não tinha essa formação de base; e, sem experiência na alfabetização, quando decidi fazer outra faculdade, desta vez pedagogia. Queria estudar, ler, debater e confrontar a prática e minhas características questionadoras. Eu queria melhorar a minha prática. Em pedagogia me formei no ano de 2007.*

Inicialmente Mariana atuava em outra escola da rede municipal. Solicitou remanejo para esta escola após conhecer o trabalho que era desenvolvido com o a proposta pedagógica da disciplina de PI. Esta atividade está regulamentada no PPP e regimento da escola e foi responsável por desenvolver alunos críticos e participativos. Esses alunos conseguiram se expressar mais, pois uma das características do PI é proporcionar-lhes espaços de debates com temas que eles selecionam no início do ano letivo, esperando, assim, crescerem como cidadãos. Na narrativa abaixo, pode-se observar o posicionamento da entrevistada sobre o PI.

> *O PI funciona como uma disciplina na minha experiência como professora de PI. Desde que entrei na Secretaria Municipal da Educação da Prefeitura Municipal de Pelotas, pedi remanejo para esta escola por causa do PI- que é um espaço que permite debater na educação, qualifica a prática. Eu conheci o trabalho do PI ainda quando era estudante da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas (FaE) e percebi como os alunos desta escola tinham algo a mais, ir além questionar e interferir na realidade eu me encontrei com essa prática, e eu vi que era no PI que eles adquiriam esta capacidade. No PI se discute os temas transversais e só nas 2h de reunião semanal não é o suficiente. O PI é um espaço privilegiado de debates de troca de saber ouvir o outro, de compreender que na sala de aula não é possível.*

Possui uma carga horária de 40h semanais de dedicação a esta instituição, que desenvolve nos turnos da tarde e da noite. Não dispõe de muito tempo para qualificação continuada, mas acredita ter liberdade e apoio da escola e da Secretaria

da Educação para fazer cursos, embora nunca tenha solicitado nunca uma redução de carga horária para estudar.

A coordenadora da manhã, Maria, está na escola há mais de 15 anos. Formou-se em Licenciatura na disciplina de EF e é especialista em EF escolar. Atualmente está cursando outra especialização, essa na área da Educação Especial e demonstrou interesse em atuar nesta área no futuro. Geralmente faz cursos e qualificação profissional, tem apoio da SME e da escola, como afastamento temporário para cursos de poucas horas e até pagamentos de inscrições. Atualmente trabalha 40h semanais nesta instituição nos turnos da manhã e tarde. Durante a entrevista, observou-se que Maria é mais pontual nas questões e restringiu-se a falar somente o que lhe fora perguntado.

O professor do turno da manhã, Mario, é graduado em Licenciatura na disciplina de EF, formado há menos de cinco anos e não possui curso de pós-graduação. É seu primeiro trabalho como professor de EF, mas tem experiência com EF fora do ambiente escolar. Está na escola há menos de um ano, não possui curso de aperfeiçoamento e atua na escola com uma carga horária de 20h semanais. Na entrevista, foi reservado, falou mais somente quando a pesquisadora insistiu para que ele se posicionasse sobre o tema avaliação. Atende outra escola no turno da tarde com mais 20h semanais.

O professor do turno da tarde, Mariano, licenciado em EF, também está formado há menos de cinco anos e não possui curso de pós-graduação. Sua entrevista foi realizada por último, pelo motivo de ter sido nomeado professor deste município no mês de julho de 2009. É seu primeiro trabalho como professor, e está na escola há menos de um semestre. Geralmente faz cursos de aperfeiçoamento, dedica a esta instituição 10h semanais.

A amostra de alunos e responsáveis compreendeu dez meninas e três meninos, com idade média 13,2 anos. Esse grupo estava distribuído em três alunos da 5ª série, dois alunos da 6ª série, seis alunos da 7ª serie e dois alunos da 8ª série.

Os responsáveis se constituíram em doze mães e um pai, indicando que o sexo feminino esteve mais preocupado e interessado com os estudos dos filhos. A média de idade era de 38,9 anos. Em relação a escolaridade, havia cinco com o

ensino médio completo, dois com o ensino fundamental completo e seis com o ensino fundamental incompleto. A menor escolarização foi a 4ª série do ensino fundamental e a maior, ensino médio completo.

4. DEBATENDO AS ENTREVISTAS E AS OBSERVAÇÕES

Realizou-se uma análise proveniente das entrevistas e observações que ocorreram durante o segundo trimestre de 2009 na escola. Pretendeu-se, neste capítulo, trabalhar com as questões da pesquisa, com o intuito de respondê-las, relacionando-as com as descobertas significativas no contexto da escola.

Essa pesquisa não busca uma generalização, visto que foi realizado o recorte de um trimestre, com professores e coordenadores que haviam assumido a escola no ano de 2009 nestas funções. São mantidos os objetivos de analisar a trajetória de construção da proposta de avaliação por parecer descritivo, de como ocorria o cotidiano deste processo avaliativo, do embasamento teórico utilizado pelos professores e da aceitação pela comunidade.

4.1 AVALIAÇÃO POR PARECER DESCRITIVO: PPP E REGIMENTO

Quando o PPP foi criado pela comunidade, a escola passou a ter mais vida e o que irá discipliná-lo será o regimento. Conforme Caldieraro (2006, p. 28) “o processo de elaboração do regimento escolar encontra-se regulamentado nos atos normativos do Conselho Estadual da Educação”.

O PPP e o Regimento Escolar, que regulamentam as ações pedagógicas, são documentos norteadores da escola. A eles são permitidas mudanças decorrentes de estudos e reuniões com o grupo de professores, funcionários e comunidade escolar.

Para que as mudanças se efetivem na escola, é importante seguir as normativas legais e observar as necessidades da comunidade num processo democrático. São documentos que têm liberdade de construção, porém devem ter afinidade com a comunidade e consonância com as leis que regem a educação.

Busca-se a compreensão de como passou a existir essa avaliação na escola. Observou-se que no PPP a avaliação efetivou-se por parecer descritivo para todas as turmas do ensino fundamental (pré à 8ª Série) e, quando o processo começou, a nota até então utilizada foi totalmente abolida.

Em uma entrevista, a coordenadora pedagógica da escola no turno da manhã relata que:

> *O parecer foi implantado na escola há seis anos, eu já atuava na escola, a idéia partiu da necessidade dos professores em expressar melhor o aprendizado dos alunos, visto que a escola era até a 5ª série. Sobre o processo tem documentos, teve muita discussão de como seria feito, como os conselhos de classe que o professor decidia o que colocar nos pareceres e ainda é possível observar que estamos em aperfeiçoamento e que os pareceres estão bem mais elaborados do que o início da implantação.*

Observou-se que surgiu da necessidade dos professores da escola de se expressar frente à aquisição de conhecimento dos alunos, sendo consenso dos que na época faziam parte do quadro de professores. Assim sendo, surge o regimento com o seguinte texto:

Sobre avaliação do aluno leu-se:

> A avaliação formal acontece em todas as séries e etapas que são oferecidas pela Escola e apresenta-se com a seguinte concepção:
>
> a) de forma continuada e com registros individuais, que ficam na escola sob a responsabilidade do professor titular da turma ou da disciplina;
>
> b) é somativa e integradora, com base em tudo o que foi observado e anotado durante o processo de aprendizagem.(REGIMENTO DA ESCOLA 2009, p.15)

Sobre a expressão dos resultados leu-se:

> a) Os resultados são expressos através de parecer descritivo em todas as séries e etapas, após discussão e redação pelo corpo docente, orientação educacional e coordenação pedagógica, em reuniões de Conselho de Classe;
> b) são expressas nos pareceres as presenças e faltas que o/a aluno/a obteve durante o trimestre;
> c) são considerados aprovados os alunos que demonstrarem evolução nos aspectos cognitivos e sociais frente as mais variadas situações pedagógicas, respondendo as expectativas apresentadas por professor(es) e alunos, em consonância com o Projeto Político Pedagógico da escola, no decorrer do ano letivo, baseado na análise da sua trajetória trimestral;
> d) no último parecer avaliativo, além da descrição do parecer é expressa a menção: A (avanço) ou P (permanência), que são resultados de todas as análises feitas do aluno durante o ano letivo, sendo que o coletivo avaliado pelos professores é soberano às individualidades. (REGIMENTO DA ESCOLA 2009, p.12)

A escola pesquisada contemplou no seu regimento o parecer descritivo como forma de avaliação. Entende-se que esse processo avaliativo exige uma nova

postura dos profissionais diante do aprendizado do discente; descrever as conquistas ou dificuldades tornou-se mais complexo do que quantificar.

> ...exerce um novo poder de julgar, por colocar a criança em processo permanente de claridade, de produção, de normalização e patologização, até que ele mesmo interiorize a sua própria transparência e possa se tornar um civilizado indivíduo ocidental auto-normalizado. (CORAZZA 2001, p.54)

O cuidado com a avaliação por parecer descritivo deve ser redobrado, mais bem elaborado. Acredita-se que deverá identificar problemas e avanços, não somente no processo educativo, mas nas atitudes. Deverá ser capaz de conhecer a realidade cotidiana dos alunos, seus conflitos pedagógicos e sociais.

Compreender o exercício da prática avaliativa foi ao mesmo tempo abranger sua subjetividade e, também, o entendimento da avaliação do que se ensinou e do que se aprendeu. Conforme o autor:

> ...o que ocorre na prática da avaliação educacional escolar é que dificilmente os professores definem com clareza, o ato do planejamento de ensino, qual é o padrão de qualidade que se espera da conduta do aluno, após ser submetido a uma determinada aprendizagem. E então se torna muito ampla a gama de possibilidades de julgamento, como não há um padrão de expectativas estabelecido com certa clareza, a variabilidade de julgamento se dá conforme o estado de humor de quem está julgando; e deste modo, a prática da avaliação se torna arbitrária, podendo conforme interesses, tomar caracteres mais ou menos rigorosos. (LUCKESI 1998, p.72)

Na citação anterior, o autor se referiu ao julgamento arbitrário que o professor pode fazer se não estiver com o planejamento e os objetivos bem esclarecidos. Tornou-se necessário estabelecer, junto aos alunos, os critérios de avaliação, criar dossiês (anotações diárias e individuais dos alunos). Dessa forma, o professor estaria mais seguro e conheceria o aluno e, mesmo assim, a subjetividade estaria presente.

A escola pode, através do seu regimento, mudar o processo educativo, bem como o avaliativo, como foi relatado no parecer e na avaliação e como efetivamente aconteceu nesta unidade. Este servirá como autoridade sistêmica da operacionalização curricular, oportunizando ao professor rever o planejamento para então redimensionar o currículo escolar.

Porém, não podemos esquecer que o responsável pelo sucesso (ou não) da proposta pedagógica de uma escola é o docente. Ainda, o parecer acima menciona que a avaliação institucional raramente foi exercitada de forma contínua e permanente nas escolas, apesar de ela também dever fazer parte do processo avaliativo.

As diferenças não ocorrem somente na construção desses pareceres, mas em todo o contexto da prática pedagógica, no envolvimento do professor e em seus objetivos para com os alunos.

> ... os Pareceres Descritivos são compreendidos como narrativas, pois, ao deixarem de atribuir uma nota ou conceito ao/à aluno(a), tentam viabilizar um processo que não poderia ser entendido se não fosse explicado, contado, ou melhor, narrado. Ou seja, é preciso narrar para dar visibilidade e legitimidade ao discurso pedagógico que produz o projeto educacional da instituição. (PINHEIRO 2006, p.50)

Na construção desta avaliação, observou-se o trabalho com as competências individuais dos alunos, tomando como base o discurso pedagógico. Para Bernstein (1996) os modelos pedagógicos podem ser divididos em competências e desempenho. Buscando o ensino das competências, foi proposto que se priorize o aluno através de projetos que explorem as competências já adquiridas ou oportunizar uma diversidade de experiências a fim de aumentar seus conhecimentos. Para realizar uma avaliação de competências, tornou-se importante estabelecer os critérios a partir de um grande referencial, que é o próprio aluno e suas habilidades.

Tomando como referência o aprendizado do aluno, objetivou-se saber o que o professor expressa na escrita dos pareceres, por que ele escolhe aqueles relatos e não outros e de onde ele obteve as informações do aluno. Parece óbvio que seria sua prática, seus ensinamentos. Mas a curiosidade reflete neste ponto: como o professor da escola na disciplina de EF produz esta avaliação nas séries de 5ª a 8ª do ensino fundamental? Para responder a essa questão, foi importante compreender o que é um parecer descritivo.

Nas produções científicas, encontrou-se dificuldade em obter trabalhos específicos sobre o tema que se aplicassem a essa etapa da educação básica, em especial se associados à disciplina de EF; é mais comum que se encontre bibliografia referente às séries iniciais.

Os pareceres descritivos servem para realizar uma avaliação individual, com a concepção de seres diferentes.

> Os Pareceres Descritivos, segundo pressupostos teóricos que embasaram a opção por este tipo de registro de avaliação, buscam descrever o processo de aprendizagem de cada aluno(a), garantindo o "o respeito de cada um(a)", apontando para um trabalho de observação reflexiva de seu desempenho. (PINHEIRO 2006, p.44)

Nas escolas, o parecer descritivo acontece há algum tempo, geralmente nas séries iniciais, nesses momentos a família esteve mais presente e acompanhou o aprendizado do aluno e seu crescimento pedagógico e social. Esse histórico justificou o relato comportamental do aluno, bem como suas relações sociais – o que foi muito comum constar nos pareceres. Não foi somente um diferencial, uma vez que veio abarcado em discurso pedagógico, se tornou oficial por fazer parte dos registros da escola e dizer muito sobre a vida do aluno.

> Para elaboração dos pareceres descritivos, os professores avaliadores necessitam de um conjunto referencial de critérios para emitir o juízo de valor. Os critérios, quando conhecidos e aceitos pelo grupo, auxiliam na análise das aprendizagens construídas. Assim, a avaliação está a serviço dos sujeitos, encaminhando para um movimento que visa contribuir com o aspecto evolutivo das aprendizagens. (SOUSA 2007, p.94)

Para a sua concretização, os critérios e instrumentos de avaliação da prática pedagógica deveriam ser distintos dos processos avaliativos pontuais que acontecem quando de uma avaliação quantitativa – quando o que o professor ensinou é cobrado por meio de um instrumento avaliativo que, no final, gerará uma nota. Para a produção do parecer descritivo, os critérios e instrumentos deveriam ser diferenciados e a avaliação ocorrer diariamente. Tornou-se importante uma avaliação geral da instituição educativa. Conforme Pacheco:

> ...quando avaliamos devemos ter presente não só os princípios da avaliação quantitativa e qualitativa, mas também os princípios de uma avaliação sistêmica (avaliação do aluno, do professor, do programa e da escola), além dos princípios estruturantes expressos na lei de bases do sistema educativo: o aluno como sujeito que está em formação e a pedagogia para o sucesso.(PACHECO 1993, p.4)

O tema "parecer" é comum dentre o meio da Medicina, para descrever, de forma técnica, os pacientes. Essa descrição é acompanhada de critérios específicos

da linguagem médica. Esse linguajar permite que pessoas formadas na área consigam interpretar o parecer e entender qual é o diagnóstico do paciente.

Na área pedagógica, entendeu-se que o professor deve produzir o parecer descritivo de forma técnica e por meio de uma linguagem simples, pois ele deverá ser interpretado não só por profissionais da educação, mas também pelos pais/responsáveis e ambos necessitam da compreensão geral do aprendizado do aluno, mesmo que para fins diferentes.

> Os Pareceres Descritivo, ao mesmo tempo em que podem ser visto como uma forma de registrar resultados obtidos durante um período letivo, podem ser reconhecidos, como narrativas escolares, uma vez que esses documentos narram os/as alunos/as, atribuindo-lhes uma identidade a partir dos discursos sobre avaliação..." (PINHEIRO 2006, p.21)

Avaliar, tendo como base a esperança de construir o conhecimento do aluno não é um trabalho fácil, requer esforços tanto do professor que avalia, quanto do aluno que está sendo avaliado. Assim sendo, faz-se necessário que o professor aja com responsabilidade sobre o seu próprio desenvolvimento intelectual e, também, proporcione aos alunos condições de agir dessa maneira.

É importante que o professor compreenda os passos necessários para a elaboração de pareceres descritivos, devendo prestar atenção a todos os alunos e a cada um em particular e obter o máximo de informações sobre eles – sobre suas relações, a compreensão do que lhes é ensinado, sobre a realização das tarefas, suas das atitudes, suas iniciativas.

Deve-se definir instrumentos de avaliação, discutir regras avaliativas com os alunos, priorizar as produções e saber identificá-las individualmente, explicitar o seu desenvolvimento priorizando os aspectos sociais, afetivos, cognitivos e psicomotores. Sendo assim, essa forma de avaliação poderia ser classificada como enquadramento fraco. Segundo Bernstein (1996) o professor de alguma forma enquadra seus alunos e, mesmo que a avaliação seja por parecer descritivo, ela sozinha não define o tipo de enquadramento – se as aulas forem autoritárias, os alunos não tendo voz e nem vez, isso qualificaria um enquadramento forte.

4.2 A TRAJETÓRIA DE CONSTRUÇÃO DA AVALIAÇÃO POR PARECER DESCRITIVO

Ao saber que essa escola avaliava diferentemente, logo surgiu o interesse de saber como era desenvolvido o processo e a curiosidade na construção desta proposta. Os instrumentos permitiram o entendimento do trabalho.

A proposta surgiu de um grupo que idealizava uma escola diferente, portanto o avaliar seria só conseqüência de um processo de ensino e aprendizagem focado no aluno, conforme Pinheiro (2006), com respostas diárias, construtivas, de forma que o aluno fosse observado como um todo e que a avaliação não fosse pontual.

Para concretizar essa proposta, foram realizadas muitas reuniões e estudos. Isso relatou Maria, que participou da implantação e das discussões como professora de EF. Ela reforçou que ainda hoje os pareceres são revistos, melhorados, para satisfazer os pais.

> *Quando o parecer foi implantado, eu já atuava na escola, a idéia partiu da necessidade dos professores em expressar melhor o aprendizado dos alunos, visto que a escola era até a 5ª série. Sobre o processo tem documentos, teve muita discussão de como seria feito, como os conselhos de classe que o professor decidia o que colocar nos pareceres e ainda é possível observar que estamos em aperfeiçoamento e que os pareceres estão bem mais elaborados do que o início da implantação. Na época eu era professora de EF das séries iniciais. O parecer até existia, mas a nota prevalecia, quando passou a ser uma avaliação por parecer descritivo passou em toda a escola, e a nota sumiu. Foi de grande estranheza para os pais que custaram aceitar, porque não entendiam o "avanço e permanece", descrito nos pareceres, sempre perguntavam meu filho passou? Não entendiam algumas palavras, para isso o vocabulário dos pareceres foi mudando para atingir o objetivo de informar aos pais.*

Como Maria descreve, a escola já realizava uma avaliação por parecer descritivo para as séries iniciais, mas o que prevalecia era a avaliação pontual, por meio de nota. Depois, a escola cresceu, ampliou seu atendimento e mudou a forma de avaliar, abolindo a nota.

Implantada a avaliação por parecer descritivo, em um primeiro momento ocorreu estranheza dos pais. No entanto, eles aos poucos entenderam e aceitaram essa forma de avaliar.

Além disso, a escola possui atualmente muitos alunos com necessidades especiais. Uma vez que a avaliação é não é feita por meio de notas, mais pais são

atraídos a essa escola porque vêem nela a possibilidade de um olhar aos filhos diferente do proporcionado por outras instituições.

Essa visão corrobora-se com a idéia da filosofia escolar de “criar condições para que o sujeito se construa como cidadão” que está no Regimento da escola (2009, p.5). E a construção da cidadania envolve segundo, Martins (2006, p.53), “... um processo ideológico de formação de consciência pessoal e social e de reconhecimento desse processo em termos de direito e deveres”.

Por ser uma escola que apresentava uma avaliação descritiva, no início do processo foram gerados alguns transtornos em relação a qual seria a forma mais adequada de fazer uma equivalência avaliativa com as demais escolas.

Quando um aluno era transferido, a escola que recebia esse aluno ficava responsável por adequá-lo ao seu processo avaliativo, da mesma forma que, quando a escola pesquisada recebia uma transferência, realizava adaptação do conhecimento do aluno e, na próxima avaliação, ele já recebia seu parecer. Mariana relatou que no começo da implantação era mais difícil a compreensão do processo por outras escolas. Assim diz que:

> *A transformação de parecer para notas era feita pela escola que recebia o aluno de transferência, está mais tranqüila. No início as escolas ligavam e tinham muitas dúvidas de como proceder, agora não acontece mais isso as escolas já sabem converter a avaliação dos alunos transferidos.*

Ainda sobre o histórico e o parecer, Mariana comentou que:

> *Quando o parecer integrou a proposta da escola, nem existia a área na escola foi um desafio para todos nós. Anos após anos continuamos discutindo o PPP e o regimento da escola, era uma vontade de todos que permanecesse esse modelo de avaliação que foi discutido nas reuniões de segunda-feira. Neste espaço tivemos um momento rico que propiciou o repensar, o refletir e mudar a prática, incluir coisas que podiam mudar e colocar novos caminhos.*

Nas ponderações das entrevistadas ficou evidente sua emoção quando se pronunciavam sobre esse tipo de avaliação, pois acreditavam no trabalho diferenciado, mesmo que ainda encontrassem professores desenvolvendo trabalhos belíssimos, díspares, avaliando tradicionalmente. Conforme descrição de Mariana “... nossa avaliação faz parte do processo de aprendizagem”. Uma ação depende da outra e, segundo as entrevistadas, há muitos ajustes a serem feitos.

A equipe diretiva começou no ano decorrente da pesquisa um trabalho na escola e, assim como aconteceu a muitos professores, o quadro da EF foi

totalmente renovado. Para estes professores são ministradas atividades de capacitação. Com base em Pereira (2004), o processo avaliativo tem a ver com a qualificação da educação, o planejar e o repensar a prática, além do apoio para realização da avaliação. Esse modo de ver é evidenciado na citação abaixo do relato de Mariana:

> *...colocou-se à disposição deles para que eles pudessem ter acesso a uma qualificação do parecer e soubessem redigi-lo. Tivemos muitos professores em início de carreira.*

Na área da EF, a escola teve a colaboração de quatro profissionais que foram divididos entre currículo, área, noturno e projetos, totalizando 80h. Poderiam ser utilizados dois profissionais que trabalhassem 40h, por entender que quanto mais fragmentadas as horas, mais difícil se torna a comunicação da área com as demais disciplinas e, mesmo, entre os próprios colegas. Além disso, a escola enfrentou diversos problemas nesse ano com a área da EF. A falta de professor prejudicou as ações, conforme relata Maria:

> *Eu vejo que a EF da escola esta desmotiva e atribuo isso a falta de professor no período de um trimestre (os alunos já pensavam que não iriam ter aulas de EF) este ano não participaram de campeonatos, e penso não ser o momento pois o professor mal conhece seus alunos. Estamos vivendo um ano atípico, os professores estão em fase de adaptação na escola e na carreira deles. A EF tem que ser resgatada na escola, para isso estamos pensando em um campeonato da escola.*

4.3 A ESCOLA, A AVALIAÇÃO E A COMUNIDADE ESCOLAR

Ao adentrar o ambiente escolar, era perceptível uma interação entre comunidade e escola. Foram vistos muitos alunos com seus pais, também professores e funcionários interagindo socialmente, cada um respeitando os espaços do outro.

Os pais deixavam seus filhos na porta da sala de aula e não ocorriam transtornos. No dia do professor, dia 15 de outubro, na primeira hora da manhã, foram presenciadas no pátio da escola algumas apresentações e lá estavam os pais, participando deste momento de homenagens. Evidenciou-se, sempre, a proximidade da família com a escola.

O que despertou curiosidade se a família estava envolvida também com as avaliações. Segundo Maria:

> *Hoje os pais na sua maioria preferem os pareceres, pois entenderam a proposta. Tem umas três ou quatro mães que sempre nas reuniões gerais reclamam da avaliação, apóiam a escola e gostam da educação, mas criticam os pareceres. Uma acabou de mudar de opinião na última reunião pelo motivo de seu filho mais velho, que saiu da escola e está estudando no IF-Sul (Instituto Federal do Sul) obtendo bons resultados, o que veio dar segurança a esta mãe.*

Conforme Maria, a dificuldade estava na forma diferente de avaliação que acontecia quando os pais estudavam e eram avaliados. Isso gera uma desconfiança no processo, mesmo para aqueles cujos seus filhos só estudaram nesta escola.

Mariana atribui essa desconfiança à falta de compreensão da família do processo e à cultura da nota, mas fala que os resultados estão agradando aos pais. Sobre esse ponto, diz:

> *A família é que tem mais dificuldade de entender, pois já vem em uma cultura de nota. Na entrega de parecer sempre é explicado aos pais. Eles ainda têm dúvidas. Sempre tem pais que compreendem na fala de um pai "antes meu filho falava que só precisava de 4,0, ele fazia o mínimo para atingir essa nota, agora ele sabe que se não tiver um comprometimento o parecer não é só a nota que está faltando, o parecer é o todo", os pais já estão acostumados com essa fala e defendem o parecer, e acabam tranqüilizando os outros pais. E verbalizam "essa escola é muito interessante na maneira em que avalia elas sentem a diferença nos alunos no comprometimento".*

Ao realizar o estudo, questionou-se o conhecimento dos responsáveis sobre a avaliação 92% dos pais disseram que sabiam como a escola avalia, "*sim, conheço, no início de cada ano a escola esclarece o sistema de avaliação*", diz uma mãe. Para compreensão do que os responsáveis pensam sobre o processo, pondera-se ser importante destacar algumas passagens. Uma das respostas é "*boa, porque avalia toda a personalidade do aluno. Não só as notas, mas tudo*". Percebe-se o entendimento sobre a construção de cidadania, da educação como um todo. E uma escola cidadã, conforme Martins (2006), apresenta as seguintes características:

> ...que luta pela qualidade da educação para todos, abrangendo a totalidade da ação educacional como processo político-cultural e técnico-pedagógico de formação social e de construção, bem como de distribuição de conhecimentos científicos e tecnológicos socialmente significativos e relevantes para a cidadania. (MARTINS 2006, p.58)

Considerando os aspectos positivos e negativos do processo, dos participantes do estudo 53,8% elegeram o parecer descritivo como uma avaliação boa ou muito boa, 38,4% classificaram-na como ótima e apenas 7,7% preferiram a nota. Uma mãe relatou que “através de parecer descritivo do meu filho eu sei que trabalhos ele fez, onde faltou e como ele se comporta na escola”. Na fala desta mãe, subentendeu-se que a nota não demonstrava o comportamento do aluno, que só indicava seu rendimento e que o parecer era mais completo.

Ainda destacando os depoimentos dos responsáveis “acho uma forma de avaliação vantajosa, pois os alunos são avaliados todos os dias” o que faz com que eles se comprometam mais com os estudos. Nas respostas dos responsáveis, 23% concordavam com a explanação desta fala. Chegou-se ao extremo de um responsável dizer: “muito boa por isso coloquei meu filho nesta escola”, entendeu-se, assim que existe aceitação por parte da comunidade sobre o processo avaliativo.

Muitos pais verbalizavam que conheciam a realidade da escola, mas disseram que há falta de tempo para acompanhar os estudos de seus filhos e freqüentar as reuniões. Esse também foi um dos principais problemas citados pelos responsáveis pelos alunos em pesquisa feita em oito estados e no Distrito Federal, conforme reportagem exibida no Jornal Nacional, da Rede globo de Televisão, no dia 12 de novembro de 2009.

A escola em que se realizou o estudo apresentou no seu regimento que a avaliação desta instituição era composta de uma análise feita por professores, pais e/ou responsáveis e alunos, chamada de “Repensando Nossa Escola”. Nesse trimestre, observou-se os pais preenchendo a ficha e participando do conselho escolar, mas na realidade uma minoria. Isso acontece porque a reunião se dá no turno de estudo do aluno e muitos pais trabalhadores não compareciam às reuniões. Assim, pode-se concluir que a avaliação dos pais era realizada por uma quantidade insignificante de pais e/ou responsáveis.

4.4 A AVALIAÇÃO NA VISÃO DOS ALUNOS

Os alunos deveriam ser os mais comprometidos com a avaliação, deveriam interessar-se sobre o processo e deveriam interagir; mas que entendimento sobre a avaliação eles têm?

Ficou perceptível nas observações que os alunos não se importavam com a avaliação, em especial da EF. Mesmo assim, 61,5% sabiam como ela ocorria. Ainda era forte entre eles a cultura de saber o resultado e não se preocupar com o processo. "*O professor avalia sempre*", disse um aluno, "*mas eu participo quando quero e ele nem diz nada*". Os escolares tinham o conhecimento de que eram avaliados pelas atitudes, comportamento e principalmente pela participação, mas esses fatores não intimidavam comportamentos violentos, nem as ausências nas aulas.

Em geral, os alunos gostavam das aulas e dos professores de EF. Com a infra-estrutura estavam satisfeitos, mas, quando se perguntava sobre o horário das aulas e a carga horária, a reclamação era muito grande. O turno inverso era, na opinião dos alunos, o que mais atrapalhava, "nós estudamos à tarde e dá preguiça de vir na aula pela manhã, é muito cedo".

Os alunos também tiveram a oportunidade de avaliar a escola, os funcionários e os docentes usando a ficha "Repensando Nossa Escola", que era preenchida em uma reunião da turma, organizada pelo professor conselheiro. Neste espaço, todos podiam se expressar e as reivindicações eram levadas pelo representante de turma para o conselho escolar. Nesse momento, eram avaliados o trabalho do professor, de acordo com os planos de estudo para a série, e como estava se dando o aprendizado dos alunos.

Era um espaço de debate dentro do contexto da escola que visava proporcionar amadurecimento aos alunos e crescimento na qualidade de ensino. Essa proposta somou-se ao PI, que busca preparar os alunos para serem críticos e fortalecê-los como cidadãos. De acordo com Bernstein (1996), tendo os alunos voz avaliativa, é possível afirmar que o currículo dessa escola possui a classificação de forte, já que existia um grande isolamento entre categorias denominadas "coleção", ficando explícito quem foram os dominantes e dominados. Embora, com base nos

documentos da escola, ela encaixou-se na categoria fraca, denominada currículo "integrado". O que observou-se na prática é um grupo de professores em busca de uma escola diferente, e que, segundo Mariana, é muito trabalho, estudos e discussões pedagógicas que farão o grupo crescer, bem como avançar e, posteriormente, firmar-se nesta proposta.

4.5 NO COTIDIANO DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO POR PARECER DESCRITIVO EM EF

Buscou-se entender como ocorre, na prática, a avaliação por parecer descritivo, nas turmas de 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental na disciplina de EF. Segundo a coordenadora Mariana, o tempo que a área tem para desenvolver atividades com os alunos é pequeno, o que prejudica, assim ela relata:

> *O currículo tem mais vínculo estabelecido com os alunos por estar diariamente, o turno todo. Elas trocam mais, tem um olhar diferenciado, observam mais o aluno, tem mais oportunidade individual do que aqueles que trabalham com a área, não têm como ter o mesmo olhar que o currículo tem sobre o aluno. Então essa dificuldade tem para construir o parecer do aluno da área, o que atribuo à dificuldade do tempo que é curto e também, existe uma deficiência na formação dos professores, eles vêm para cá (referindo-se a escola) e desconhecem as teorias da aprendizagem, eles podem até estar descontentes e acredito que sim.*

A produção de parecer não era algo isolado, estando amarrada às práticas dos professores. Conforme Mariana, muitos professores não conseguem mudar sua prática por terem muito tempo de magistério e por não querer se arriscar-se, isto é, ter medo do novo a escola buscava inovar.

> *...tu avalias, é a maneira como tu trabalhas ela é reflexo da prática, e, às vezes não; pois, já observei professores que trabalham de maneira . Na hora de realizar a avaliação por parecer falta instrumento. Nos colocamos à disposição deles para que eles possam ter acesso a uma qualificação do parecer e como registrar. Temos muitos professores em início de carreira.*

Para os professores novos, foi sugerida uma ficha de avaliação, além do suporte pedagógico nas reuniões que aconteciam todas as segundas, no turno vespertino, tudo para que eles se sentissem à vontade para produzir os dossiês dos alunos, para a EF, não foi diferente.

Em nenhum momento, no entanto, a Pesquisadora observou os professores de EF produzindo dossiês, nem fazendo anotações sobre alunos. Eles somente realizavam as chamadas – o registro de freqüência era realizado sempre no início das aulas, tanto no turno da manhã, como no turno da tarde. Concordando com Veronez & Mendes (1995), as avaliações eram realizadas através da freqüência dos alunos às aulas.

Como já foi esclarecido anteriormente, Mario passou a ministrar aulas nessa escola no início desse ano, através de nomeação em concurso público. Portanto, não conhecia o histórico da mudança de nota para parecer, mas considerava a proposta interessante, principalmente para a área da EF, e disse:

> *Tenho que ficar atento ao processo todo não posso mais marcar uma data para realizar uma prova, eu procuro fazer uma avaliação do todo. Tenho um gabarito para fazer os pareceres não demanda muito tempo, a escola dá uma grade e eu adaptei para a Educação Física, eu avalio a parte de relacionamento.*

Ao longo da entrevista, Mario se mostrou tranqüilo e confiante na produção dos pareceres, mesmo relatando que, atualmente, tem mais de quatrocentos alunos para avaliar. Esclareceu que o objetivo de suas aulas era a iniciação do esporte, mas não se preocupava com a *performance* dos alunos, "eles têm que se divertir nas aulas, mas não os deixo soltos". Nas observações, constatou-se que suas aulas eram sempre planejadas. Mesmo quando o clima não era propício para atividades ao ar livre, os alunos tiveram aulas, através de vídeo, com explanações e se mostravam interessados.

Ainda Mario:

> *Para o meu trabalho é mais importante dar um parecer à nota, é uma coisa mais individualizada e tu vai a fundo à necessidade do aluno a nota é mais fechada. Minha avaliação sempre foi uma avaliação intuitiva.*

Mariano, que estava na escola há menos de quatro meses, disse não ter conhecimento de como começou o processo de avaliação por parecer descritivo. Sobre a avaliação, pensava ser complicada e disse que ainda não tivera tempo de conhecer o processo, nem seus alunos, mas teve que avaliá-los. Disse: "*eu chego na escola e vou direto para a sala de aula, estou sempre em aula, saio no fim da tarde, as vezes nem encontro outros professores*". EF não está integrada com as

demais disciplinas, Etchepare & Zinn (2001), relata que não conseguira se adaptar a esse tipo de avaliação, uma vez que se trata de uma abordagem construtivista, Rombaldi & Canfield (1999), nem todos os professores estão preparados. Mariano possuía dúvidas sobre se esse modo de avaliação era uma unanimidade entre os colegas.

Sabendo que é necessário realizar a avaliação por parecer descritivo e questionado se tinha dificuldade de cumprir essa tarefa, ele diz:

> *Eu não sei se vejo como dificuldade ou receio porque eu sempre fui acostumado com nota, então por ser uma novidade, para mim é uma novidade porque eu sempre fui avaliado por nota. Para mim é difícil por fugir do padrão normal em que eu estava acostumado a questão da nota que tem como avaliar (colocar valor) o aluno, de repente por não ter conseguido me engajar muito bem no processo de parecer ou o aluno alcançou ou não alcançou. A minha dificuldade é ter alguns alunos que não são nota dez e também não seriam sete, mas a expressão "alcançou os objetivos" iguala os alunos, os que são menos de sete não atingiram os objetivos e a causa disso será a reprovação? Eu não consegui chegar a um critério de avaliação para que essa situação fosse esclarecida para mim. Atribuo esta situação ao pouco tempo com os alunos e na escola.*

Um dos fatores eleitos por Mariano para dificultar a tarefa é o fato de serem poucas aulas semanais de EF. O turno inverso, na sua opinião, reduz o número de alunos nas aulas, já que as faltas são computadas no total e não por disciplina.

Tendo o conhecimento da ficha que a escola disponibiliza para facilitar a construção dos pareceres, questionou-se se ele a conhecia e se utilizava dela. Mariano respondeu que:

> *Então eu preencho uma ficha modelo para cada aluno e dentro desta ficha tem critérios que eu utilizo para avaliar e se fosse notas eu poderia pontuar e como é parecer o aluno atinge ou não atinge os objetivos? Reprova ou não reprova? Faço avaliação diária para este trimestre dispus da metade para avaliar alguns alunos não comparecerem em nenhuma aula. Eu avalio principalmente a freqüência. Tenho dificuldade em avaliar alunos que não conheço. Dentro dos critérios principalmente a freqüência e a participação dos alunos.*

A realidade de Mariano não era diferente da maioria dos professores de EF, Pereira (1997), com uma rotina pesada, ministrava aulas em mais de uma escola e ainda desempenhava outras atividades nos fins de semana. Na Rede Municipal de Ensino, atendia mais duas escolas, tinha mais de 250 alunos. Segundo Mariano "*a avaliação era totalmente subjetiva o professor podia adotar critérios, mas ainda assim seria subjetiva*."

Questionou-se como foram produzidos os pareceres descritivos nesta escola Mariano respondeu:

> *Não escrevi parecer fiz dentro da ficha, meu parecer foi atingiu ou não atingiu os objetivos em que eu estabeleci os que foram tendo como base a freqüência e a participação. A EF reprova, o aluno fica em recuperação e se não responder aos objetivos ficaram retidos na série.*
> *Dentro dos meus critérios eu acho injusto avaliar quem vem e não cobrar de quem não vem, é ruim o turno inverso, mas faz parte, é ruim para todo mundo.*

A aula de EF no turno inverso não agradava nem aos alunos, os do turno da manhã reclamavam por ter que vir a tarde, outros por necessidades "*solicitavam dispensa das aulas porque trabalham*", os alunos do turno da tarde reclamavam do horário, por cedo terem que estar na escola. Tampouco os professores gostam do turno inverso, segundo Mariano:

> *O turno inverso é uma experiência que não deu certo na escola e já foi revista para o ano que vem. Eu mesmo não tenho contato com os outros professores ficando assim um trabalho fragmentado.*

Visto que uma das dificuldades era o turno inverso, buscou-se, junto à coordenadora Maria, sua apreciação sobre o tema. Ela relata que foi uma decisão do grupo para solucionar outro problema: a falta de espaço. Ela reconhece a negatividade da experiência e diz:

> *O turno inverso é uma experiência há dois anos na escola. Este ano foi a EF por falta de estrutura e espaço físico. Só que não deu certo porque os alunos não vêm às aulas, têm várias coisas negativas que impedem a vinda, como aqueles que os pais trazem, e não conseguem trazê-los no turno inverso. Tem os alunos trabalhadores e aqueles desmotivados que faltam muito.*

Preocupou-se com o fato dos professores serem iniciantes e suas respostas não atenderem às expectativas da pesquisadora. Para a compreensão do processo, buscou-se a experiência dos professores de EF que atuaram na escola em anos anteriores, a fim de certificar-se de como o processo ocorria na prática.

Uma das professoras pesquisadas afastou-se da área por motivos de saúde e há mais de um ano não atua como professora de EF, mas foi gentil em responder alguns questionamentos.

Perguntou-se: como era realizada a avaliação na escola?

> *A avaliação baseava-se no registro feito no dossiê, então era o conjunto dos aspectos apresentados pela escola (existia uma ficha de avaliação com freqüência, organização, interesse, entre outros), e também através de tarefas que eram propostas como as aulas práticas e teóricas, por exemplo avaliava-se o aprendizado da disciplina, como regras dos jogos, posicionamento, conhecimento para criação, entre outros. Os meus pareceres eram construídos através do dossiê, pois ali havia informações diárias das aulas. Nas reuniões trimestrais construía-se um único parecer que geralmente contemplava o pensamento geral dos professores e alguma particularidade de cada disciplina.*

Com este depoimento, confirmou-se que a escola dava suporte e orientava os professores a realizar os dossiês e registrar as tarefas conforme relatos anteriores descritos. Ainda, a professora expressou seu posicionamento referente a esse processo avaliativo.

> *Bom, acho que é bastante trabalhosa para o professor, por isso o mesmo tem que estar comprometido com a proposta e além disso, a escola tem que dar uma boa estrutura para que isto aconteça de forma natural. Por fim, acredito que é uma boa forma de avaliação que também possui erros e acertos como a avaliação por nota, mas leva em conta o qualitativo e aproxima-se mais de uma maneira de avaliar o aluno como um todo.*

Durante as observações, a pesquisadora percebeu que, conforme se aproximava o término do trimestre, os alunos começavam a comentar sobre provas e as disciplinas nas quais estavam com dificuldades. Nesse momento, a escola não se diferenciava das demais instituições da rede municipal de ensino de Pelotas, pois a avaliação que se diz processual fortalecia-se em um determinado momento, caracterizando-se como pontual. Não eram registradas notas, mas conceitos: atingiu ou não atingiu os objetivos, conceitos esses ligados a uma maior ou menor pontuação nos testes.

4.6 O EMBASAMENTO TEÓRICO DOS PROCESSOS AVALIATIVOS EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Na rotina da escola, foram incluídas reuniões sistemáticas, com periodicidade semanal. Nesse espaço, discutiam-se diversos assuntos tanto administrativos, quanto pedagógicos, e a avaliação estava sempre presente. Conforme Maria, estudavam-se propostas de autores e adaptavam-nas às séries finais. Os autores estudados eram Piaget, Hoffmann, Perrenoud, entre outros. Os professores também

traziam reportagens, textos sobre avaliação – um tema sempre em debate na escola, tratado de forma geral.

Ainda sobre esses os autores, Mariana completou que a escola trabalhava com a pedagogia crítica e social de Paulo Freire. Apóia-se também nessas teorias enquanto processo, construção do conhecimento e avaliação.

Os professores de EF concordaram que a escola oferecia capacitações através de debates, filmes, palestras, entre outras atividades, que tinham como propósito abastecê-los com conhecimentos. Mas em nenhum momento esses docentes mencionaram autores da EF sobre avaliação.

Para realizar uma boa avaliação, muitos fatores têm uma influência qualitativa, como, por exemplo, as condições em que o professores trabalhavam. Quando o assunto é infra-estrutura, os dois professores afinavam-se em uma única opinião: “é péssima”, “a quadra era coberta mas a cobertura não protegia das chuvas e nem do frio”, “material é escasso e precário”. Conforme Pereira (1988), “o professor deve ser bom mesmo que a escola seja deficiente”, e o bom professor é aquele que consegue transmitir o conhecimento, e que este seja útil para a vida do aluno, em se tratando da EF, que desperte o interesse pelo corpo e movimento em beneficio da saúde dentro de um contexto. Observou-se sempre nas aulas que, além do conteúdo, havia uma preocupação na formação do aluno como um todo.

5. A produção dos pareceres foco na Educação Física

Acompanhou-se o processo de produção dos pareceres descritivos, e a partir das observações, buscou-se entender a dinâmica dos professores para realizar a avaliação.

Constatou-se que Mario e Mariano possuíam uma característica em comum: ambos não realizavam anotações durante as aulas e nem depois. Os dois limitavam-se a preencher os campos do diário de classe antes das aulas, registrando os conteúdos e as presenças dos alunos.

Durante a permanência na escola, observou-se que Mario realizava aulas "tradicionais", com alongamentos, aquecimentos, jogos recreativos, parte principal e relaxamento. No trimestre observado, o professor desenvolveu dois desportos (Handebol e Voleibol). Seu objetivo era recrear os alunos e ele não exigia *performance*, mas sempre procurou corrigir os alunos durante a execução dos exercícios. Nas aulas, variavam os exercícios, dependendo da parte principal.

Referente ao professor Mariano: ele também desenvolvia aulas formais, cobrava vestimentas adequadas e pontualidade dos alunos. A aula era dividida em alongamento, aquecimento e esporte. No período estudado, foram ministrados o Voleibol e o Basquetebol. Assim, concorda-se com o encontrado por Berní & Pereira (1999) sobre esses esportes serem hegemônicos no cotidiano escolar.

Esses esportes eram trabalhados quando o professor tinha alunos suficientes para aplicar jogos na aula. Quando havia poucos alunos em aula, pois observou-se que era feito um rodízio entre eles. Essa condição não era rara, o que ocasionava uma dificuldade no desenvolvimento das aulas. Relatou Mariano "estou começando, nem conheço os alunos e muitos são dispensados das aulas, ou nem vêm mesmo".

5.1 A CONSTRUÇÃO COLETIVA DO PARECER DESCRITIVO

Ao realizar as observações, ocorreu uma aproximação com outros professores da escola. Nesse momento, percebeu-se o ponto culminante da produção dos pareceres.

O conselho de classe deveria reunir todos os professores da turma, mas alguns não puderam estar presentes por inúmeros motivos, inclusive os de EF. A escola fez uma pesquisa para saber qual era o melhor dia para a realização do conselho. Maria admitiu que era praticamente impossível reunir todos os professores, pois a maioria trabalhava em outras escolas. Mas cada professor produzia seu parecer descritivo sobre cada aluno.

A reunião começou com a participação de um representante dos pais, um aluno representante de turma, o coordenador de turno e alguns professores dessa turma. Para evitar constrangimentos, antes de começar a reunião Maria solicitou à Pesquisadora que explicasse a sua presença no conselho. Após a apresentação, a Pesquisadora posicionou-se de maneira afastada do grupo para não prejudicar os trabalhos.

A primeira a falar foi uma mãe, que relatou a ficha “Repensando” para os professores. Esta ficha era uma avaliação dos seguimentos da escola, professores, funcionários e direção. Essa mãe, que era uma porta voz dos demais responsáveis, fez algumas considerações gerais e reclamou de uma determinada professora, com a qual os alunos não estavam conseguindo obter sucesso no aprendizado.

O aluno, que era representante da turma, também fez algumas considerações sobre o grupo de profissionais da escola e o mais interessante é que na ficha dos alunos constava um item sobre o comportamento e rendimento da turma nas tarefas diárias. Naquele momento, evidenciou-se o constrangimento do aluno em ler a ficha, pois ali constava que a turma estava “bagunceira” e sem compromisso com os deveres como alunos. O posicionamento, embora representativo, era construído com todos os alunos da turma.

Após esta leitura, o professor representante de turma expôs sua avaliação geral da turma e relatou as reivindicações dos professores perante a classe, explicou a falta de comprometimento e esclareceu à mãe presente o motivo de alguns alunos estarem com baixo rendimento. De acordo com estudos de Veiga (2001), a educação é um conjunto de ações da comunidade escolar, a escola não deve ser a única responsabilizada pelo sucesso ou fracasso do aluno.

Percebeu-se que essa dinâmica, no início da reunião de conselho de classe, criou laços entre os envolvidos no processo. Posteriormente a essas explanações, o espaço ficou reservado aos professores e à coordenadora de turno, que procedeu à leitura dos nomes dos alunos, um por um. Eram debatidos, individualmente, o rendimento de cada aluno e suas atitudes e, em conjunto, era produzido um parecer descritivo único. Esse parecer carregava a opinião do grupo. Nesse momento, rico de debates, não foi possível observar a contribuição dos professores de EF, pois em nenhum dos conselhos eles estiveram presentes. Devido à reunião ser no turno inverso dos seus horários na escola e eles terem outras escolas para atender, eles não comparecendo, ficando a EF de fora desta construção. Essa situação pedagogicamente negativa mostra uma triste realidade, sociamente demarcada, em que professores de EF necessitam trabalhar em mais de uma instituição. Tal situação já foi criticada por PEREIRA (1997).

5.2 O QUE DIZEM OS PARECERES SOBRE EF

Realizando uma leitura dos pareceres descritivos, pode-se observar que para 76,6% dos alunos no parecer referente a EF estava escrito “atingiu os objetivos nas demais disciplinas”. Como não havia nenhuma referência a EF, incluiu-se ela nas demais disciplinas. Em 9,5%, a EF é mencionada com relação à quantidade de faltas: eram os alunos que estavam infreqüentes, deviam participar do turno inverso ou ainda não haviam comparecido às aulas. Para 6,3% dos que não atingiram os objetivos, era recomendado que tivessem mais atenção às aulas de EF.

O número de aulas ministradas nesse trimestre foi: 5ª A: 400 aulas; 6ª A: 378 aulas; 7ª A: 346 aulas e na 8ª A: 366. As faltas não eram computadas

separadamente, então as médias foram: na 5ª A, de 59 faltas; na 6ª A, de 70 faltas; na 7ª A de 43 faltas; e na 8ª A, de 65 faltas.

Observou-se que os pareceres descritivos eram produzidos por todos os professores durante o conselho de classe e que a EF, por ser uma disciplina curricular obrigatória, deveria fazer parte dessa produção. Esse momento requereu uma postura atuante dos profissionais da escola.

Poucos foram os pareceres, menos de 7%, que discriminam a EF. Em geral, apareceu como relato anterior "atingiu os objetivos propostos", porém alguns pareceres foram selecionados para a compreensão de como são descritos pelos professores.

> *Aluno assíduo. Participativo na disciplina de Educação Física. É organizado e realiza as atividades propostas, mas parcialmente nas disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, Literatura, Ensino da Arte e Ciências. Necessita relacionar-se melhor com o grupo. Ainda apresenta dificuldades no raciocínio lógico-matemático e um pouco de dificuldade na interpretação textual.*
> *Após estudos de recuperação, o aluno atingiu os objetivos propostos no trimestre nas disciplinas de Ciências, Matemática, Literatura e Ensino da Arte, não atingindo os objetivos em História. Nas demais disciplinas atingiu os objetivos do trimestre.*
> *Recomenda-se ao aluno leitura, maior interesse e participação nas atividades em sala de aula. Deve dedicar-se mais aos estudos, principalmente em História, a fim de sanar suas dificuldades e melhorar sua aprendizagem.*

Analisando esse parecer, pode-se perceber que o aluno é mais interessado nas aulas de EF e apresentou dificuldade nas demais disciplinas. No entanto, só foi relatado que ele é participativo. Como ele participa? Será que só participando se melhora o rendimento, e que tipo de participação ele tem? Essas dúvidas o parecer não esclarece.

Observa-se outro:

> *A aluna é assídua na maioria das disciplinas, porém deve atentar para a freqüência nas aulas de Educação Física. É educada. Realiza parcialmente as atividades propostas e relaciona-se bem com professores. Neste trimestre apresentou dificuldades no raciocínio lógico-matemático. Tem boa interpretação e produção de textos. Obteve destaque na disciplina de Geografia.*
> *Após estudos de recuperação, a aluna atingiu os objetivos propostos no trimestre nas disciplinas de História, Matemática e Ensino da Arte. Nas demais disciplinas atingiu os objetivos do trimestre. Recomenda-se à aluna*

> *leitura, maior concentração e participação nas aulas. Deve também diminuir a conversa.*

Neste parecer é alertado aos pais que a aluna não possui assiduidade nas aulas de EF, porém não foi especificado o que poderá acontecer com ela se continuar displicente.

No parecer abaixo, se observou como foram relatados os alunos que não comparecem às aulas de EF no turno inverso.

> *Aluna educada. Deve ser mais assídua e comparecer no turno inverso. Precisa ser mais organizada com o material de trabalho em Matemática, ter mais interesse e estudar mais. Apresenta dificuldade no raciocínio lógico-matemático, na compreensão dos textos.*
> *Na disciplina de educação física não atingiu os objetivos pois não freqüenta as aulas.*
> *Atingiu os objetivos após estudos de recuperação em História, Ciências, Português e Geografia.*
> *Não atingiu os objetivos em Matemática e Ciências Sociais não comparecendo aos estudos de recuperação em laboratório de Ciências.*
> *Nas demais disciplinas, atingiu os objetivos propostos. Recomenda-se participar do apoio de Matemática.*

O professor, nessa situação, poderá comunicar à escola e à orientadora educacional, chamar a família para resolver a situação e terá que recuperar as faltas com esse aluno, mas não poderá retê-la na série por infreqüência. Conforme regimento escolar, os alunos com freqüência inferior a 75% dos dias letivos deverão recuperar no turno inverso, porém as faltas são computadas no total das aulas.

O próximo parecer descreve uma aluna que ficará retida na série:

> *A aluna não atingiu os objetivos propostos no trimestre devido ao excesso de faltas, à não realização das atividades e ao não comparecimento nas avaliações e estudos de recuperação em todas as disciplinas.*

Decidiu-se apresentar alguns pareceres, para que ocorra uma compreensão de como é processado o resultado do aprendizado dos alunos e de que forma a família recebe a avaliação.

6. CONCLUSÕES

O estudo surgiu do interesse da pesquisadora enquanto supervisora de EF da SME Pelotas, no período de 2006 a 2009. Notava-se que, de forma geral, as avaliações realizadas na disciplina de EF apresentavam como padrão a nota 10 (dez), que era concedida para quase todos os alunos – sendo esse um forte indício da falta de uma proposta avaliativa da área. Esse fato comprova-se pela análise das atas de cada escola no final do ano letivo e de documentos oficiais da SME.

Seguindo a linha de pensamento do estudo e o interesse em pesquisar a avaliação na disciplina de EF, especificamente nas séries finais do ensino fundamental de uma escola da cidade de Pelotas, essa dissertação foi construída. Dentro das propostas do estudo, ressalta-se a idéia de que estudar a avaliação é auxiliar a compreensão do fechamento do trabalho. Tal atitude instrumentaliza o professor, pois somente após uma avaliação completa é que ele terá subsídios para planejar e terá consciência do que necessita ensinar. Então, poderá concluir o planejamento a fim de atingir todos os alunos, respeitando suas especificidades, respeitando cada um na sua forma ímpar de ser e dando estímulos para que o educando cresça nos aspectos cognitivo, físico, emocional e social.

A pesquisa de campo foi muito prazerosa, principalmente por estar perto dos alunos e inserida neste mundo fantástico da escola – considerando que atualmente a Pesquisadora atua em um caráter mais burocrático da educação municipal de Pelotas. A experiência fez com que a Pesquisadora recordasse a prática e até que sentisse certa nostalgia por estar afastada da sala de aula.

A escola apresentou-se muito gentil e recebeu a Pesquisadora com carinho, atenção e transparência. Foram permitidos o acesso livre às salas e a circulação pelos espaços da escola.

Por sua proposta avaliativa ser singular, a escola tem como objetivo, no que tange a EF, oportunizar ao aluno que: conheça o próprio corpo e cuide dele; que valorize e adote hábitos saudáveis; que desenvolva um conhecimento ajustado de si mesmo, com sentimentos de confiança em suas capacidades afetivas, físicas, cognitivas.

Dentro da proposta da escola, estas aquisições de conteúdos foram avaliadas, diariamente, e expressas em pareceres descritivos. Para tanto, a escola passou por uma transformação na forma avaliativa que buscou muito mais o trabalho desenvolvido e o crescimento dos professores do que simplesmente expressar a avaliação em parecer descritivo. O que se afina com o que Bernstein (1996 e 1998) desenvolveu em seus estudos, como o conceito de recontextualização, ou seja, a escola, por meio de seus agentes, transforma, reorganiza e modifica as políticas oficiais e não oficiais. Por intermédio de textos e documentos, refocaliza e ressignifica as políticas de acordo com sua visão de educação.

Alguns fatos conduziram a escola a essa escolha. Primeiramente julgou-se ser a comunidade, entretanto as observações revelaram que o maior incentivador foi a prática questionadora dos professores, que ansiavam por uma forma avaliativa que contemplasse o aluno como um todo. Observam-se professores mais antigos, e mesmo os em início de carreira, contrariados com a proposta. Apesar disso, a maioria do corpo docente apóia, compreende e desenvolve o trabalho e a avaliação. Essa avaliação ainda apresenta muitos problemas, como, por exemplo, a EF estar fora das discussões e do fechamento dos pareceres descritivos.

Em relação ao cotidiano da proposta avaliativa, serão pontuadas algumas situações negativas dos professores de EF, sujeitos da pesquisa, lembrando que ambos começaram na escola e na carreira de magistério nesse ano. Primeiro: não havia entrosamento entre EF e demais disciplinas. Segundo: os professores não realizavam dossiês dos alunos, que são documentos necessários para uma avaliação consciente e mais justa, um suporte para dar condição ao professor de conhecer os alunos (ainda mais considerando que esses professores têm muitas turmas e, conseqüentemente, mais alunos, o que dificulta a tarefa de observação dos detalhes e particularidades dos educandos). Terceiro: eles não se interessavam pelos documentos da escola, PPP e regimento. Quarto: eles não realizaram planos de estudos, somente seguiram o que a escola já possuía. Quinto: não compareceram aos conselhos de classe de suas turmas.

Sobre a produção dos pareceres descritivos, a pesquisadora ficou surpresa ao conhecer o trabalho, a forma como eram redigidos. O momento especial foi a manifestação de cada seguimento da comunidade através da ficha “Repensado

nossa escola". Os professores mostravam-se ajustados ao processo. Como já foi explicado no decorrer da dissertação, não foram todos os professores da turma que conseguiram se fazer presentes no conselho de classe – os professores da área de EF ainda apresentaram mais dificuldades, já que no turno inverso estavam em outra escola.

Observou-se que este tipo de avaliação requer uma postura atuante do professor. Ele deverá ajustar-se à proposta e aos outros professores, visto que o parecer é produzido coletivamente. Também se observou que o espaço da EF é diretamente proporcional ao comprometimento do profissional da área e que o profissional precisa estar em consonância, planejar e atuar em parceria com os demais professores da turma, professores críticos, que proponham reflexões entre teoria e prática, segundo Bento (1997). Porque o aluno é único e é importante que a produção e o conhecimento não sejam fragmentados.

Como sugestão, indica-se que sejam feitos estudos com egressos da escola a fim de obter conhecimento sobre o sucesso fora desta instituição, visto que, nos documentos da escola, é mais forte a valorização da formação total do aluno e do que a proposta de conteúdos.

7. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto-Lei nº 9.394** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) 1996.

___**Decreto- Lei nº 5692**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) 1971.

___**Parâmetros Curriculares Nacional**: Educação Física/ Secretaria de Educação Fundamental - Brasília: MEC/ SEF, 1998.

ANDRÉ,M.E.D.A. **Etnografia da prática escolar.** Campinas: Papirus, 1995.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**:70.ed. Lisboa, 1977.

BENTO, J.O. **Planejamento e avaliação em Educação Física.** Lisboa Horizonte, 1987.

BERNARDI, C. R. S. **A avaliação em Educação Física no ensino médio do Rio Grande do Sul: Análise a partir de dados de três diferentes redes de ensino**. Monografia de Especialização em Educação Física Escolar. ESEF/UFPel, Pelotas, 2002.

BERNI, K. D. C. **A dança folclórica gaúcha como conteúdo de ensino da educação física escolar: uma proposta inicial**. Monografia de Especialização em Educação Física Escolar. Pelotas: ESEF/UFPel, 2005

___**O folclore como conteúdo de Educação Física: Uma experiência possível na escola.** 7.ed. Profissão professor a maneira de ser nas maneiras de ensinar *In* Maria Antonieta Dall´igna, (Org). Pelotas: Universitária, 2007.

BERNÍ, K.D.C & PEREIRA, F.M. **Educação Física escolar: os conteúdos das aulas**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA, XVIII, 1999, Pelotas. Anais Pelotas: Escola Superior de Educação Física, Universidade Federal de Pelotas, 1999.

BERNSTEIN, B. **El dispositivo pedagógico y SUS modalidades práticas In: Pedagogia, control simbólico e identidad: teoria, investigação e crítica**. Madri, La Coruña: Morata Paidéia, 1998.

___**A Estruturação do Discurso Pedagógico: Classe, Códigos e Controle**. Petrópolis: Vozes, 1996.

BOGDAN, R. & KIBLEN, S. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução às teorias e os métodos**. Porto: Porto Editora, 1994.

CALDIERARO, I.P. **Escola de educação básica: instituto legais, organização e funcionamento**. Porto Alegre: Edição da autora, 2006.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino de Educação Física.** São Paulo: Cortês, 1992.

CORAZZA, S. M. **O que quer um currículo? Pesquisas pós-críticas em educação.** Petrópolis RJ: vozes, 2001.

CORRÊA, I.L.S. & MORO R.L. **Educação Física Escolar: reflexão e ação curricular.** Ijuí: Unijuí, 2004.

DEMO, P. **Avaliação qualitativa: Polêmica do nosso tempo.** 7.ed São Paulo: Autores Associados, 2002.

ETCHEPARE, L.S.; ZINN, J.L. **A avaliação escolar da Educação Física na rede escolar de ensino de Santa Maria**. Santa Maria: Kinesis n.3, p.155-180, 2001.

EZPELETA, J. & ROCKEWLL, **E. Pesquisa participante**. São Paulo: Cortez, 1986.

FREIRE, J. B .& SCAGLIA, A. J. **Educação como prática corporal,** São Paulo: Sciprione, 2003.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GUIMARÃES, M. R. V. **A Educação Física no currículo das séries iniciais: um espaço de disputas e conquistas**. Dissertação (Mestrado em Educação)- Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas. 2006

HOFFMANN, J. **Avaliação mediadora: uma prática em construção: da pré-escola à universidade**. 25.ed. Porto Alegre: Mediação, 2003.

KUNZ, E. **Educação Física, ensino e mudança**. Ijuí: UNIJUÍ, 1991.

LIBÂNEO, J.C. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 6.ed. São Paulo: Cortêz, 2008.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições.** 8.ed. São Paulo: Cortês, 1998.

LUFT, C. P. **Minidicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: Ática, 2000.

MELCHIOR, M. C. **Avaliação para qualificar a prática docente: espaço para a ação supervisora.** Porto Alegre: Premier, 2001.

MÉNDEZ, J. M. A. **Avaliar para conhecer, examinar para excluir.** Porto Alegre: Artmed, 2002.

MONTARDO, A. M. S. **Os alunos não são mais os mesmos. A escola também pode não ser! Do pátio à calçada: Construindo uma escola sem violência.** Dissertação (Mestrado em Educação)-Faculdade de Educação, Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2005.

NASCIMENTO. J. et all. **Metamorfoses na avaliação em Educação Física: da formação inicial à prática pedagógica escolar**: Porto Alegre: Movimento v.13, n. 02, p.55-76, maio/agosto de 2007.

OSIPOV, G. (Org.) **Libro de trabajo del sociólogo**. Moscou: Progresso, 1988.

PARÔ, V. H. **Reprovação escolar renuncia à educação**. São Paulo: Xamã, 2001.

PACHECO, J. A. **O novo sistema de avaliação dos alunos do ensino básico: do contexto europeu ao contexto da experimentação dos programas e das mudanças curriculares.** Universidade do Minho, Portugal: Revista portuguesa da educação, 1993.

PEREIRA, F. M. **O cotidiano escolar e a Educação Física necessária**. 2.ed. Pelotas: Editora Universitária-UFPel, 1997.

___. **Avaliação em Educação Física em diferentes redes de ensino do RS** in GLOBALIZAÇÃO, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DOCENTE: A PESQUISA EM EDUCAÇÃO - CD Rom, Faculdade de Educação / UFPel, 2004.

PERRENOUD, P. **Avaliação da excelência à Regulação das aprendizagens- Entre duas lógicas**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

___. **Dez novas competências para ensinar- trad. Patrícia Chittoni Ramos.** Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

___. **Ensinar: agir na urgência, decidir na incerteza –** trad. Cláudia Schilling: Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.

PILETTI, C. **Didática Geral**. 23.ed. São Paulo: Editora Ática, 2006.

PINHEIRO, C. G. **Parecer Descritivo: narrativas que a escola nos conta.** Dissertação do programa de pós-graduação da Faculdade de Educação da UFRGS, Porto Alegre, 2006.

ROMBALDI, R.M.; CANFIELD, M.S. **A formação profissional em Educação Física e o ensino da avaliação**. Santa Maria: Kinesis, 1999.

SANTOS, L. **Bernstein e o campo educacional relevância, influências e incompreensões.** UFMG Caderno de Pesquisa, n.120, p15-49, novembro de 2003.

SAUL, A. M. **Avaliação emancipatória, desafio á teoria e a prática de avaliação e reformulação de currículo**. São Paulo: Cortêz/Autores Associados, 1988.

SILVA, S. A. P. S. **A pesquisa qualitativa em Educação Física**. São Paulo: Revista Paulista de Educação Física, v. 10,n.1, p.87-98,1996.

SILVA, T. T. **O currículo como Fetiche:** a poética e a política do texto curricular**.** Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SHIGUNOV, V. & NETO, A.S. (Org.) **Educação Física conhecimento teórico x prática pedagógica**. Porto Alegre: Mediação, 2002.

SOUSA, C. M. **Pareceres Descritivos de avaliação da aprendizagem: conteúdo e o processo de elaboração.** Itajaí: Contrapontos - volume 7 - n. 1 - p.91-105 -, jan/abr 2007.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VASCONCELLOS. C. S. **Ciclos e Repetência: revê incursão histórica no Renascimento e no início da Modernidade** Rio de Janeiro: *Ciclos em Revista*, vol. 2, p. 91-111, 2007.

VEIGA, I.P.A. FONSECA, M. (Org.) **Dimensões do projeto político-pedagógico: novos desafios para a escola**. Campinas: Papirus, 2001.

___**Inovações e Projeto Político-Pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória?** Cad. Cedes, Campinas, v. 23, n. 61, p. 267-281, dezembro 2003.

___**Perspectivas para reflexão em torno do projeto político pedagógico**, *In* Livro (Org.) VEIGA, I.P.A. RESENDE, L.M.G. Escola: Espaço do projeto político-pedagógico. 8ª Ed. Campinas: Papirus. p.9-31, 2005.

VERONEZ, L. F. C. & MENDES, V. R. **A formação profissional do professor de Educação Física e a questão da avaliação no cotidiano escolar**. *In* PEREIRA, F. M. (Org.) Textos do XV Simpósio Nacional de Ginástica. Pelotas: Universitária, 1995.

VILLAS BOAS, B.M.F. **O projeto político pedagógico e a avaliação,** *In* Livro (Org.) VEIGA, I.P.A. RESENDE, L.M.G. Escola: Espaço do projeto político-pedagógico. 8.ed. Campinas: Papirus. p.179-198, 2005.

Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me004370.pdf> Acesso em: 29 ago. 2009.

Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me004370.pdf> Acesso em: 29 de ago. 2009.

Disponível em: <http://www.mp.rs.gov.br/infancia/legislacao/id3133.htm> Acesso em: 29 ago. 2009.

Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br> Acesso em: 28 nov. 2009.

Disponível em: <www.inep.gov.br> Acesso em: 28 nov. 2009.

Disponível em: <http://jornalnacional.globo.com/Telejornais> Acesso em: 12 nov. 2009.

8. ANEXOS

ANEXO A

Ministério da Educação

Universidade Federal de Pelotas

Escola Superior de Educação Física

Curso de Mestrado em Educação Física

AUTORIZAÇÃO

Pelotas, 06 de junho de 2008.

Direção e professores de Educação Física.

N/Cidade.

Tendo em vista o trabalho pedagógico realizado em sua escola e o reconhecimento do mesmo na comunidade, despertou-nos o interesse para compreensão do processo avaliativo na disciplina de Educação Física.

Estamos realizando este primeiro contato para solicitar, oficialmente, a autorização desta a escola, para realizar uma pesquisa sobre a avaliação por parecer descritivo nas séries de 5ª a 8ª do ensino fundamental. Esta prática não ocorre nas demais escolas do município, e acreditamos ser o caminho para a compreensão do aprendizado do aluno, e para realizar processos avaliativos justos e coerentes.

No presente estudo se realizarão entrevistas semi estruturadas com os professores da disciplina de Educação Física (5ª a 8ª séries), coordenação e direção da escola, questionário com os respectivos alunos e responsáveis, análises documentais e observações das aulas, para esclarecimentos sobre o processo e trajetória da avaliação na escola

.

Sem mais no momento subescrevo-me.

Katia D. C. Berní — Mestranda

Flávio M. Pereira — Orientador

ANEXO B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Este é um convite para participação de uma pesquisa de mestrado realizada no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pelotas no curso de Mestrado em Educação Física na linha de pesquisa Educação Física, Escola e Sociedade que será realizada na sua escola. A pesquisa . "Avaliação por parecer descritivo na Educação Física escolar" que tem como objetivo analisar o processo avaliativo por parecer descritivo, sua trajetória, operacionalização no cotidiano escolar, embasamento teórico e constatar a sua aceitação pela comunidade. Convido a responder questões sobre o tema avaliação na sua escola, bem como autorizar o seu (sua) filho (a) a participar da pesquisa através de um questionário.

As informações serão utilizadas para a pesquisa a na valorização da proposta avaliativa da escola e jamais serão divulgadas com o seu nome ou o nome do seu (sua) filho (a). Portanto não será exposto a riscos em sua saúde, nem ao seu financeiro. Salientamos que você tem total liberdade para, em qualquer momento, recusar a participação na pesquisa e também solicitar esclarecimentos a pesquisadora.

Esse documento constando explicações e compromissos assumidos entre pesquisador e sujeitos da pesquisa, será assinado pelas partes envolvidas em duas vias. Como os menores serão autorizados por seus responsáveis, este assinará dois termos, uma refere a sua participação e a outra de seu filho(a).

Pelo exposto acima eu _____ concordo em responder o questionário, bem deixar o meu filho(a) participar da pesquisa de mestrado, realizada pela mestranda Katia Denise Costa Berni.

Mestranda Katia Denise Costa Berni

Tel: (53) 32812329 ou (53) 91681384

_____

Assinatura do participante da pesquisa

Pelotas, ____ de setembro de 2009.

ANEXO C

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA
Pesquisadora: Kátia Berni

QUESTIONÁRIO ALUNOS

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome:_____

Data:___/___/___ Caso nº_____

1) Gênero ( ) Feminino ( ) Masculino

2) Idade:_____ 3) Série: _____

4) Aqui na escola já repetiu de ano ( )sim ( ) não

5) Caso resposta positiva quantas vezes_____

6) Já estudou em outra escola ( )sim ( ) não

7) Em caso de resposta positiva, como era a avaliação na outra escola?

( ) nota ( ) parecer descritivo

8) Tens irmãos em outra escola ( ) sim ( ) não

9) Qual escola?_____

11) Qual a tua opinião sobre a tua escola referente:

a) Sobre o que é ensinado na Educação Física

b) Sobre as aulas de Educação Física e seu professor

c) Sobre o material das aulas (bola, redes, outros...)

d) Sobre as instalações da escola para as aulas de Educação Física

e) Sobre a carga horária das aulas ?

12) Sua opinião sobre a avaliação em EF?

a) Quantidades de avaliações são realizadas?

b)Você sabe quando tem avaliação?

c) Sabe o que o professor avalia?

ANEXO D

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA
Pesquisadora: Kátia Berni

QUESTIONÁRIO RESPONSÁVEL

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome:_____

Data:___/___/___ Caso nº_____

1) Gênero ( ) Feminino ( ) Masculino

2) Idade:_____ 3) Sua escolarização: _____

4) A quanto tempo seu filho esta nesta escola?_____

5) Você participa das reuniões na escola quando convidado?

( ) sim ( ) não ( ) às vezes

6) Caso respondeu sim na questão anterior, como é esta participação:

( ) Você é ouvido sempre ( ) ou não fala, só escuta

7) Você tem conhecimento de como é a avaliação nesta escola?

8) Tendo base em seus conhecimentos sobre avaliação, qual a tua opinião sobre a avaliação desta escola?

9) Sua opinião sobre a avaliação em EF?

ANEXO E

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA
Pesquisadora: Kátia Berni

Entrevista semi-estruturada –Professores.

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

1) Sexo ( ) Feminino ( ) Masculino

2) Idade Atual

( ) De 20 a 30 anos

( ) De 30 a 40 anos

( ) De 40 a 50 anos

(D) Acima de 50 anos

3) Formação concluída

( ) Graduação Área_____

( ) Mestrado Área_____

( ) Aperfeiçoamento
Área:_____

( ) Doutorado
Área: _____

( ) Especialização
Área:_____

4) Tempo de formação da graduação

( ) Menos de 5 anos

( ) De 5 a 10 anos

( ) De 10 a 15 anos

( ) De 15 a 20 anos

( ) Mais de 20 anos

5) Tempo de formação na pós-graduação

( ) Menos de 5 anos

( ) De 5 a 10 anos

( ) De 10 a 15 anos

( ) De 15 a 20 anos

( ) Mais de 20 anos

6) Faz cursos de aperfeiçoamento

( ) Sim

( )Não

Em caso de **sim**: Quantos por ano

( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ou mais

7) Tens apoio para a realização de cursos. Quais?

8) Qual o vínculo empregatício que tens nesta instituição

( ) Concurso ( ) Contrato

10) Tempo de dedicação a esta Instituição

( ) 40 horas/aulas

( ) 30 horas/aulas

( ) 20 horas/aulas

Outros.....

QUESTÕES:

- Estava na escola quando trocou a avaliação?
  Se a resposta for sim:
  -Como ocorreu o processo?
  -Existia algum grupo de estudo, que base teórica motivou esta tomada de decisão na escola?
  -Que mudanças significativas sobre este processo em relação ao pedagógico?

  Se a resposta for não:
  - o que achas da proposta de avaliação
  - teve que estudar para atender as exigências avaliativas da escola
- E sobre o tempo para realizar os pareceres, como é executada esta tarefa?
- Quantos alunos atualmente nesta escola?
- Se trabalha em outra escola. Atende quantos alunos no total?
- Sua opinião sobre este trabalho de avaliação para disciplina de EF?
- O que mudou para os alunos?
- Na tua opinião para os alunos tem diferença em receber uma avaliação representada por notas (1 a 10) ou por palavras?
- Como tu vês o teu trabalho, com a mudança da avaliação.
- Como é a avaliação da disciplina de EF
- O que tu achas da avaliação ser por parecer descritivo

ANEXO F

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA
Pesquisadora: Kátia Berni

Entrevista semi-estruturada – Coordenadores.

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

1) Sexo ( ) Feminino ( ) Masculino

2) Idade Atual

( ) De 20 a 30 anos

( ) De 30 a 40 anos

( ) De 40 a 50 anos

(D) Acima de 50 anos

3) Formação concluída

( ) Graduação

Área_____

( ) Aperfeiçoamento
Área:_____

( ) Especialização
Área:_____

( ) Mestrado

Área_____

( ) Doutorado Área:
_____

4) Tempo de formação da graduação

( ) Menos de 5 anos

( ) De 5 a 10 anos

( ) De 10 a 15 anos

( ) De 15 a 20 anos

( ) Mais de 20 anos

5) Tempo de formação na pós-graduação

( ) Menos de 5 anos

( ) De 5 a 10 anos

( ) De 10 a 15 anos

( ) De 15 a 20 anos

( ) Mais de 20 anos

6) Faz cursos de aperfeiçoamento

( ) Sim

( )Não

Em caso de **sim**: Quantos por ano

( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ou mais

7) Tens apoio para a realização de cursos. Quais?

8) Qual o vínculo empregatício que tens nesta instituição

( ) Concurso ( ) Contrato

10) Tempo de dedicação a esta Instituição

( ) 40 horas/aulas

( ) 30 horas/aulas

( ) 20 horas/aulas

Outros.....

Para os coordenadores e diretor da escola

- Sobre o histórico da escola e a transição de notas para parecer.
- Posição da equipe frente à proposta.
- Como ocorreu a capacitação dos professores para a mudança da avaliação.
- Quais os registros que a escola possui desta mudança
- Como vês a EF na escola.
- O que mudou no processo pedagógico.
- Em que autores a proposta foi calcada.
- Tens alguma consideração para fazer que contribua com este estudo.
- Como é a avaliação da disciplina de EF
- O que tu achas da avaliação ser por parecer descritivo.

ANEXO G

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Pelotas, 27 de novembro de 2009.

À Profa.
Kátia Denise Costa Berni

Prezada Senhora,

Vimos, através deste, informar a aprovação do projeto intitulado "Avaliação por parecer descritivo na Educação Física escolar" no Comitê de Ética em Pesquisa da ESEF/UFPel, com protocolo nº 071/2009.

Sem mais para o momento, subscrevemo-nos,

Atenciosamente

Suzete Chiviacowsky Clark
Profa. Dra. Suzete Chiviacowsky Clark
Presidente do Comitê de Ética em Pesquisa da
ESEF-UFPel

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo